

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL GENERAL

2007 – 2008



TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL

DOCUMENTO DE TRABALHO

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DO EXÉRCITO PORTUGUÊS.

**ANGOLA – PAZ, ESTABILIDADE, RECURSOS NATURAIS
E DESENVOLVIMENTO**

ANTONINO PAULINO
CORONEL DE INFANTARIA



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**ANGOLA – PAZ, ESTABILIDADE, RECURSOS NATURAIS
E DESENVOLVIMENTO**

Antonino Paulino
Coronel de Infantaria

Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2007/2008

Lisboa, 2008



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**ANGOLA – PAZ, ESTABILIDADE, RECURSOS NUTURAIS E
DESENVOLVIMENTO**

**Antonino Paulino
Coronel de Infantaria**

Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2007/2008

Orientador: Cor. Eng. José David Moura Marques

Lisboa, 2008



AGRADECIMENTOS

À Minha Mulher e aos Meus Filhos, em quem sempre penso e sem os quais a vida não faria sentido.

A todos os estimados e amáveis colegas do CPOG que directa ou indirectamente, prestaram a sua preciosa ajuda para que este trabalho fosse possível, pelo que seus nomes estarão permanentemente gravados em ponto grande no meu coração e os não mencionados, que me ajudaram das mais variadas formas.

A todos os oficiais que me comandaram ou dirigiram ao longo da minha carreira pela influência que souberam exercer na minha formação militar. A todos os Soldados de Angola (oficiais, sargentos e praças) que tive a enorme Honra, de comandar.

A Deus por, apesar de tudo, me ter feito nascer Angolano.

A todos os funcionários da biblioteca do IESM, que incansavelmente prestaram-me o seu apoio, carinho e atenção,

MUITO OBRIGADO



ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	1
a. Fundamentação científica	1
b. Definição do objectivo da investigação	1
c. Desenvolvimento	2
d. Metodologia	2
2. A GUERRA CIVIL E A LUTA PELA PAZ EM ANGOLA	3
a. Caracterização geográfica de Angola	3
b. A luta pela conquista da Independência Nacional	4
c. Acordos celebrados para a conquista da paz em Angola	9
(1)Acordo de paz rubricado em Bicesse – Portugal	9
(2)Acordos de paz rubricado em Lusaka – Zâmbia.	9
(3)Acordo de paz rubricado em Luena (memorando de entendimento complementar ao protocolo de Lusaka)	9
(4)Acordo de paz rubricado em Namibe para a paz em Cabinda (memorando de entendimento)	10
d. Paz definitiva, esperança para o futuro de Angola	11
e. A estabilidade em Angola	11
(1)No âmbito militar	11
(2)Vulnerabilidade das fronteiras	13
(3)Proliferação das armas	13
(4)No âmbito político	14
(5)No âmbito económico e social	15
f. Síntese conclusiva	15
3. OS RECURSOS NATURAIS, BASE PARA O DESENVOLVIMENTO DE ANGOLA	17
a. Recursos minerais	17
(1)Diamantes	17
(2)Ferro	19
b. Recursos energéticos	20
(1)Petróleo	20
(2)SONANGOL (Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola)	22
c. Recursos hídricos	22



d. Recursos florestais	24
e. Recursos agro-pecuários	25
f. Recursos marinhos	26
g. Síntese conclusiva	27
4. ANGOLA RUMO AO DESENVOLVIMENTO	27
a. Desenvolvimento humano e cultural.....	27
(1)Causas da pobreza	30
(2)Estratégia combate a pobreza em Angola.....	30
(3)Objectivos gerais e metas	32
(4)Desenvolvimento cultural Angolano	33
b. Desenvolvimento económico e social de Angola	33
c. Síntese conclusiva	36
5. CONCLUSÕES	37

ÍNDICE DOS APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Diagrama de Indução

ÍNDICE DOS ANEXOS

ANEXO A – Sociedades de Diamantes

ANEXO B – Estratégia de Combate à Pobreza



RESUMO

O objectivo do presente trabalho é analisar a verdadeira situação vivida actualmente em Angola, resultante de uma longa guerra que ceifou milhares de vidas humanas, semeando a morte e o luto tal como a destruição de uma forma generalizada das infra-estruturas. Paralelamente, analisar o papel e o potencial dos imensos recursos naturais e perspectivar o seu impacto no desenvolvimento de Angola.

Foi utilizada a metodologia de análise geopolítica/geoestratégica, recorrendo a dados oficiais obtidos a partir de pesquisa bibliográfica e documental e de elementos colhidos de conferências, seminários e entrevistas.

A República de Angola é um país soberano, desde 11 de Novembro de 1975. Após a independência do poder colonial Português, Angola mergulhou numa guerra civil de grande intensidade que só terminou 27 anos depois, com assinatura a 04 de Abril de 2002, dos acordos de paz.

Hoje, Angola vive numa situação de paz efectiva, em toda a sua extensão territorial. Foi devolvida a esperança a todos os angolanos para puderem pensar no futuro. Chegou o momento de colocar ao serviço dos angolanos, as enormes potencialidades naturais para o desenvolvimento de Angola. Com o estado de destruição que a guerra deixou, vários são os desafios a ultrapassar. Esta realidade é facilitada, pois Angola tem um imenso espaço para crescer como economia, como povo, como parceiro das economias mais desenvolvidas do mundo.

A transparência, a imparcialidade dos serviços judiciais, a boa governação, o combate à corrupção e ao desperdício e desvio de recursos públicos, são factores primordiais reconhecidos como base para a estabilidade macroeconómica e sustentabilidade do crescimento de Angola.

Angola definiu como principais metas a atingir no seu programa, a reabilitação e reconstrução de infra-estruturas e a melhoria e aumento dos serviços sociais básicos para as populações, visando a diminuição da fome e da pobreza.

O desenvolvimento equilibrado do território nacional é a garantia para a satisfação das aspirações dos angolanos, promovendo uma distribuição e mobilização eficiente dos recursos e uma territorialização equitativa dos benefícios do desenvolvimento económico e social de Angola.



ABSTRACT

The objective of the present work is to analyze the true situation lived currently in Angola, resultant of a long war that costs thousands of human lives, sowing death and mourning, as well as the destruction in a generalized form of the infrastructures and to analyze the role and the potential of the immense natural resources and to perspective its impact in the development of Angola.

For the elaboration of the present work the methodology of geostrategic/geopolitical analysis was used, associated with official data gotten from bibliographical research and other elements collected of conferences, seminars and interviews.

The Republic of Angola is a sovereign country, since 11 of November of 1975, after the independence of the Portuguese colonial power. After that, Angola dived in a civil war of great intensity that only finished 27 years later, with the signature of peace agreements on the 04 of April of 2002.

Today, Angola lives in a situation of effective peace, in all its territorial extension. The hope to think about the future was put in the hands of all the Angolans. The moment arrived for the Angolans, to explore the enormous natural potentialities and therefore improve the development of Angola. The destruction caused by the war, left several challenges to exceed, that are not difficult to be overtaken if we have in mind the immense capabilities of Angola to grow as economy, as people and as partner of the economic developed world.

The transparency, the impartiality of the judicial structure, the good governance, the combat to the corruption, the wastefulness and the deviation of public resources, are recognized primordial factors as base for the macroeconomic stability and sustainability of the growth of Angola.

Angola defined, as main goals to reach in its program, the renovation and reconstruction of infrastructures and the improvement and increase of the basic social services to the populations aiming at the reduction of the starvation and the poverty.

The balanced development of the territory is the guarantee for the satisfaction of the goals of the Angolans, promoting a efficient distribution and mobilization of the resources and an equitable territorialization of the benefits of the economic and social development of Angola.



PALAVRAS – CHAVE

Conflito; Desenvolvimento; Estabilidade; Guerra Civil; Independência; Paz; Recursos Naturais.



ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

Angola LNG	Gás Natural Líquido de Angola
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
CEMG/FAA	Chefe do Estado Maior General/ Forças Armadas Angolanas
DOP-EMG/FAA	Direcção Principal de Operações-Estado Maior General/Forças Armadas Angolanas
ECP	Estratégia de Combate à Pobreza
EUA	Estados Unidos de América
ELNA	Exército de Libertação Nacional de Angola
FAA	Forças Armadas Angolanas
FAPLA	Forças Armadas Populares de Libertação de Angola
FFAA	Forças Armadas Portuguesas
FCD	Forum Cabindês para o Diálogo
FLEC	Frente de Libertação do Enclave de Cabinda
FMU	Forças Militares da UNITA
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
GURN	Governo de Unidade e Reconciliação Nacional
KZ	Kuanza
LC	Lei Constitucional
MINADER	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
MINUA	Ministério de Urbanismo e Ambiente
MLN	Movimento de Libertação Nacional
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
OGE	Orçamento Geral do Estado
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEC	Organização de Países Exportadores de Petróleo
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PNA	Polícia Nacional Angolana
PIB	Produto Interno Bruto
PIP	Programa de Investimento Público
RDC	República Democrática do Congo
RC	Revolução de Cravos



SDM	Sociedade de Desenvolvimento Mineiro
SDL	Sociedade de Desenvolvimento de Lucapa
SMCC	Sociedade Mineira Camatchia Camagico
SMC	Sociedade Mineira de Catoca
SM	Sociedade Mineira
SMK	Sociedade Mineira do Kuango
SONANGOL	Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola
UE	União Europeia
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
UNAVEM III	Missão de Verificação das Nações Unidas III
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USD	Unit State Dolar



1. Introdução

a. Fundamentação científica

Antes da proclamação da independência de Angola, o mundo estava mergulhado numa guerra entre as duas super potências (E.U.A. e URSS), a famosa guerra-fria, com finalidades de cada uma das partes ganhar e ocupar mais espaços de influência e apoiar os líderes fiéis aos seus ideais, com o objectivo principal do domínio total do mundo.

Terminada a guerra-fria, o mundo entrou noutra fase, com acontecimentos históricos tais como:

- O desmoronamento da URSS;
- A queda do muro de Berlim e a reunificação da Alemanha;
- A queda de vários regimes ditatoriais.

Não foi diferente em Angola, país que se tornou independente a 11 de Novembro de 1975. Um ano antes da referida data, já havia sinais preocupantes de que uma possível tragédia estava a ser preparada.

Para uma população de um país que viveu uma guerra civil durante cerca de vinte e sete anos, com todo o cortejo de sofrimento que tal situação implica, o valor da paz assume uma importância incomensurável, qualquer que seja o estrato social, económico ou político.

Conquistada a paz ao 04 de Abril de 2002, Angola luta agora para fortalecer a paz, a democracia, a reconciliação nacional, a unidade nacional e a economia de mercado baseada na livre iniciativa.

Sendo a paz e estabilidade, factores primordiais para o desenvolvimento do país, o tema que nos foi proposto com o título: “Angola - Paz, estabilidade, recursos naturais e desenvolvimento”, ajudar-nos-á a identificar várias questões ligadas ao gigantesco esforço envidado para a obtenção da paz e a estabilidade, seu enquadramento das enormes riquezas e potencialidades económicas de Angola, para que contribuamos para o desenvolvimento do pensamento científico, na reflexão das questões ligadas ao fortalecimento da paz e do desenvolvimento de Angola.

b. Definição do objectivo da investigação

De acordo com o tema proposto, o presente trabalho tem como objectivo essencial:

Analisar o modelo mais viável a utilizar para que a manutenção da paz, a estabilidade associada e a exploração de recursos naturais, tragam para Angola o tão almejado desenvolvimento e bem-estar para todos os angolanos.



Para alcançar o objectivo proposto equacionamos a seguinte questão central:

QC - Em que medida a paz, a estabilidade e uma utilização racional dos recursos naturais contribuem para o desenvolvimento sustentável de Angola?

Esta questão sugere-nos outras questões derivadas como:

QD 1 - De que forma a consolidação da paz em Angola contribui para a estabilidade regional?

QD 2 - De que forma os recursos naturais de Angola constituem um elemento essencial para a sua afirmação no plano interno e internacional?

QD 3 - Que modelo de desenvolvimento económico a privilegiar, de forma a assegurar para Angola um lugar no contexto internacional compatível com as suas potencialidades e ambições?

Hipótese 1 – Através do fortalecimento da paz para manter a estabilidade em todos as esferas da vida nacional e regional.

Hipótese 2 - O desenvolvimento a médio prazo de Angola, baseado no aproveitamento racional dos recursos naturais, na aposta ao desenvolvimento, constitui o elemento essencial para a estabilidade de Angola.

Hipótese 3 - O desenvolvimento económico das infra-estruturas, o fortalecimento da democracia, a economia de mercado baseada na livre iniciativa, constituem factores determinantes para o processo de desenvolvimento nacional.

c. Desenvolvimento

O trabalho foi organizado em introdução, três capítulos e conclusões. Iniciaremos a investigação sobre a paz em Angola, enquadraremos a luta para a conquista da independência nacional, a guerra civil e todos os acordos celebrados para a conquista da paz, tão almejada por todos os angolanos. De seguida, já com a paz conquistada, analisaremos a estabilidade em Angola no âmbito militar, político, económico e social, como ponto de partida para o desenvolvimento do país. Seguidamente, iremos debruçar-nos sobre os principais recursos naturais de Angola, (recursos minerais, energéticos, hídricos, florestais, agro-pecuários e marinhos), como base sólida para o crescimento do PIB. Por último, debruçar-nos-emos sobre o desenvolvimento de Angola, baseado fundamentalmente no desenvolvimento humano, cultural, económico e social. Finalmente, teceremos algumas conclusões.

d. Metodologia

Para a concretização do nosso estudo, privilegiamos o método monográfico, fundamentalmente através da pesquisa de vários documentos, entrevista a personalidades e



entidades com experiência acumulada no desempenho das suas funções (CEMG/FAA) com visão ampla na situação actual e futura em prol do desenvolvimento de Angola.

2. A guerra civil e a luta pela Paz em Angola

a. Caracterização geográfica de Angola

O nome de Angola deriva da palavra bantu Ngola, título dos governantes da região no século XVI, época na qual começou a colonização da região pelos portugueses até 11 de Novembro de 1975, ano em que o país adquiriu a independência.

Integrada na região ocidental da África, Angola ocupa uma área de cerca de 1.246.700 km², em que o comprimento máximo, no sentido norte/sul é de 1277 kms e a largura máxima, no sentido perpendicular, é de 1236 kms.

A linha da costa permite a união com o oceano atlântico ao longo de 1650 kms, com uma fronteira terrestre de 4837 kms.

É limitada a Norte com a República do Congo, a Nordeste com a República Democrática do Congo, a Este com a República de Zâmbia e a Oeste pelo o Oceano Atlântico.

Angola tem uma população estimada em mais de 16.000.000.de habitantes.

Com a realização da conferência de Berlim entre 15 de Novembro de 1884 e 26 de Fevereiro de 1885, sobre a partição e ocupação da África pelas potências coloniais, resultou uma divisão que não respeitou nem a história, nem as relações etnolinguística e mesmo familiares dos povos do Continente Africano fundamentalmente os de Angola.

Os povos de Angola, praticamente são todos de origem bantu, excepto os bosquímanos (camussequeles) grupo localizado no sudeste de Angola (kuando-kumbango).

Destacando-se os seguintes grupos etnolinguísticos:

- Grupos transfronteiriços (os kikongo, os nganguela, os lunda kioko, os herero, os xindonga e os ovambo;
- Grupos internos (os umbundu, os kimbundu e os nhaneka-humbe).

O grupo mais numeroso é Umbundu com cerca de 37% da população.

O Português é a única língua oficial que une todos os angolanos de Cabinda ao Cunene.

Angola está dividida em 18 províncias. A capital é a menor provincia de Angola com cerca de 2.418 km² e têm mais de 5.000.000 de habitantes.

A maior província é o Moxico com 223.023 km² e tem uma população estimada em cerca de 400.000 habitantes.



Apesar de se localizar na zona subtropical, Angola tem um clima caracterizado pela influência de três factores principais:

- A corrente fria de Benguela;
- O relevo no interior;
- A influência do deserto do Namibe.

Este clima tem duas estações principais, a das chuvas de Outubro a Abril e a de cacimbo, de Maio a Agosto, mais seca e com temperaturas muito baixas.

Apresenta elevados índices de pluviosidade na orla costeira, dos 800m para os 50m, com temperaturas anuais acima de 23°C.

A zona do interior divide-se em três áreas:

- Norte, com grande pluviosidade e temperaturas altas;
- Planalto central, com uma estação seca e temperaturas médias da ordem de 19°C;
- Sul, com amplitudes térmicas bastantes acentuadas devido à proximidade do deserto do kalahari e a influência de ar tropical. (Abrantes, 2005: 3-33).

Existem várias religiões, sendo de destacar (católica, protestante, adventista, metodista, jeóva, toquista e outras).

b. A luta pela conquista da Independência Nacional

O continente Africano dominado por Europeus durante séculos, iniciou a sua luta pela descolonização nos anos pós – II guerra mundial, com as reivindicações pacíficas e violentas que alcançaram o seu auge durante a década de 1960. Angola, ex – colónia Portuguesa, no decorrer do seu breve processo histórico, delimitado entre a guerra de libertação e os conflitos que transcenderam sua independência com muitas dificuldades.

Na luta pela independência nacional, estavam envolvidos três movimentos de libertação, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) que lutaram contra o colonialismo Português e entre si.

Foi o único lugar de África, onde a luta de libertação nacional, ocorreu através de três movimentos de libertação que disputavam o poder, com imenso apoio da opinião pública nacional e internacional, com a solidariedade Africana e apoio com material bélico de alguns países.

A 4 de Fevereiro de 1961, patriotas angolanos, organizados com catanas nas mãos, atacaram a cadeia de São Paulo em Luanda, dando o início da luta armada em Angola, luta



esta que posteriormente se estendeu em todo o território nacional, com abertura de várias regiões militares destacando-se a 2ª região militar (Cabinda), 1ª região militar (Huige) e a 3ª região militar (Moxico).

Foi um caminho longo e difícil para a conquista da independência de Angola. Só depois da Revolução dos Cravos e o derrube do regime em Portugal, aos 25 de Abril de 1974 que Angola conseguiu encaminhar-se bem e rapidamente para a independência, aliado a um processo de 14 anos de dura luta para o alcance da liberdade. Com a assinatura dos acordos de Alvor, em Janeiro de 1975, entre o três movimentos de libertação nacional (MPLA, FNLA, UNITA) sob a mediação das Forças Armadas Portuguesas (FFAA), formariam o governo de transição que receberia no dia 11 de Novembro do mesmo Ano, a Independência Nacional, unificando as suas forças num Exército Nacional único.

Fruto do desentendimento incontrolável entre os Movimentos de Libertação Nacional (MLN), com a influência das grandes super potências (EUA, URSS), deu-se início ao confronto militar dentro da capital de, Luanda, entre as bem equipadas forças da FNLA, (ELNA) de Holden Roberto, com apoio encoberto de tropas Zairenses e as Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA), braço armado do MPLA de Agostinho Neto. Os combates foram duros, sangrentos e encarniçados, culminando com a expulsão das forças da FNLA (ELNA) para fora de Luanda, em retirada desorganizada em direcção ao norte do território nacional.

No dia 01 de Novembro de 1975, as tropas zairenses e mercenários de várias origens em apoio as tropas da FNLA, invadem Angola em toda a sua extensão norte, em direcção Caxito, a 60 km de Luanda e, seis dias depois, a sul pelas tropas Sul – Africanas fortemente armadas, aliadas às Forças Armadas de Libertação de Angola (FALA) da UNITA, ocupam Calueque, estendendo suas acções em direcção centro, leste e norte do país.

As FAPLA, cercadas em todas as direcções, recorreram à ajuda de Cuba, aproveitando a presença de alguns instrutores que se encontravam no país, para reforçarem as pequenas unidades das FAPLA, organizadas em batalhões de combate. A 5 de Novembro de 1975, a pedido de Agostinho Neto, Cuba tomava a decisão de envolver directamente as suas tropas na guerra em Angola.

Os encarniçados combates foram travados a 20 kms de Luanda, nas localidades de Kifangondo, Morro de cal e Lago Panguila, numa linha apressadamente formada e aos 10 de Novembro de 1975, as forças invasoras foram totalmente derrotadas. Considerado como



um milagre, o facto de se ter paralisado a agressão de uma força considerável, na qual estavam enquadrados exércitos dos dois países, os que se julgavam invencíveis e imortais.

A independência de Angola não foi o início de paz, mas sim, o início de uma guerra aberta entre os três grupos nacionalistas pelo controlo do país e em particular Luanda, apoiados por potências estrangeiras,(EUA e URSS), dando ao conflito uma dimensão internacional.(Carvalho, 2005: 36-47).

Depois do povo angolano ter alcançado a independência nacional, o conflito prolongou-se ao longo de três décadas, constituindo um dos principais factores de instabilidade em Angola e na região austral, não apenas pela sua intensidade mas pela dimensão do envolvimento externo até a morte do líder da UNITA Jonas Savimbi, em 22 de Fevereiro de 2002.

A guerra civil foi travada entre o MPLA, apoiado por Cuba e URSS e a UNITA apoiada pelos EUA e pela Africa do Sul, que invadia o território nacional pela fronteira com a Namíbia. Esta foi a face visível da internacionalização da guerra que se mantinha entre os dois grandes blocos através de uma confrontação interposta, por procuração.

Devido à agudização da guerra civil, o MPLA recebe reforço de mais efectivos cubanos, em 1985, tendo atingido os 50.000 homens. Em resposta, os EUA revogam a Emenda Clark, que desde 1976, impedia o auxílio militar à UNITA e presidente Ronald Reagan recebe Savimbi na Casa Branca. Posteriormente, em 1986 reactivam a base militar de Kamina no Zaire (actual República Democrática do Congo) em apoio directo às forças militares da UNITA.

O exército sul-africano, em apoio as forças militares da UNITA e em pretexto de perseguição dos guerrilheiros da SWAPO (Organização do Povo do Sudoeste Africano), efectuou uma das mais importantes incursões militares em 1981 e 1983 em Angola, tendo ocupado o sul das províncias do Kunene e Kuando-Kubango, onde se travaram renhidos e sangrentos combates, entre as FAPLA e FALA, apoiadas pelas forças cubanas e sul-africanas respectivamente e que culminou com a famosa batalha de Kuito-Kuanavale, a mãe de todas as batalhas.

O reforço das forças cubanas e FAPLA nas regiões de Cahama, Xangongo e Mupa na província do Cunene e a rápida construção de bases aéreas, criaram uma situação de desequilíbrio que colocava as principais linhas de abastecimento das forças sul-africanas e da UNITA sob permanente ameaça aérea, tendo ficado bloqueadas as principais vias de acesso às bases da UNITA situadas em Rundu, Katimo e faixa de Kaprivi na Namíbia.



Com as sucessivas derrotas, o governo sul-africano anunciava em Abril de 1988, a retirada do interior de Angola sendo concluído em Julho do mesmo ano, em Nova York, o documento “Princípios para a Solução Pacífica dos Problemas da África do Sudoeste” que de uma forma clara iniciou a resolução do conflito externo em Angola e a solução do problema da independência da Namíbia, bem como a retirada das tropas cubanas de Angola.

Foi nesta fase tão confusa em que José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi aceitam em Gbadolite (Zaire), as primeiras negociações para a paz em Angola, violadas pela UNITA depois de alguns meses da sua implementação.

Em 1990 Angola adere ao sistema multipartidário e à economia de mercado e em Maio de 1991 é assinado o acordo de paz em Bicesse sob a mediação de Portugal.

Foram 16 meses de paz tensa pré-eleitoral. A UNITA recusa os resultados oficiais eleitorais publicados a 17 de Outubro de 1992 e o país mergulha na famosa guerra das cidades. A UNITA começou a ocupar militarmente várias localidades tendo ocupado até Novembro do mesmo ano, 57 dos 164 municípios, 3 províncias (Huambo, Kuanza-norte e Huige), correspondente a 2/3 do território nacional.

Assim o país, nos finais de 1992, encontrava-se dividido numa faixa litoral, na maioria das províncias do sul e nalgumas bolsas no interior, sob o controlo do Governo, enquanto que as grandes áreas do planalto central e o norte eram controladas pela UNITA, promovendo o aumento da instabilidade, da insegurança e da penúria total das populações que viveram sitiadas ao longo deste dramáticos anos.

A 1 de Dezembro de 1992, o Departamento de Estado dos EUA, responsabiliza a UNITA pelo reinício das hostilidades e em Janeiro de 1993, reconhecem o governo angolano o dever e o direito de defender o seu país e seu povo sendo impostas sanções à UNITA, tendo sido forçadas as conversações para a assinatura do protocolo de Lusaka, a 20 de Novembro de 1994, sob auspícios da ONU e da troika de observadores, constituída por Portugal, EUA e Rússia. Várias foram as tentativas para o restabelecimento e o fortalecimento da paz destacando-se as seguintes:

- Reunião em Lusaka-Zâmbia, em Maio de 1995, para a formação do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN) e a atribuição da vice-presidência da República a Jonas Savimbi;
- Países doadores da União Europeia (EU) reuniram em Setembro de 1995, com os dois líderes (José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi) em Bruxelas para financiar e apoiar o programa para a reconstrução de Angola;



- A atribuição do estatuto especial a Jonas Savimbi pela Assembleia Nacional.

Com ambição de tomar o poder pela força das armas, rompe com todos os acordos e em Dezembro de 1998, mergulha novamente o país numa guerra cruel, sanguinária e devastadora. Os países vizinhos (excepto Zâmbia), deram o seu apoio ao governo angolano, privando a UNITA de santuários.

Os combates agudizam-se e as Forças Armadas Angolanas (FAA) desencadeiam a operação Restauro que culminou com a retomada da capital da UNITA, Jamba, e o seu Quartel General em Ândulo-Bié, onde foi capturado uma quantidade de armamento já mais visto durante todos os anos de guerra.

Diversas foram as tentativas, a busca de uma solução pacífica e negociável, mas a Savimbi não restavam grandes alternativas senão a rendição, a captura ou a morte. A via escolhida foi a morte em combate, aos 22 de Fevereiro de 2002.(José Abrantes,A Paz em Angola, 2005: 59-101).

A longa guerra civil em Angola de 1961-2002, ceifou a vida de milhares de angolanos, deixou mais de 400.000 mutilados, (quer militares quer civis) orfãos, viúvas de guerra, cerca de 7 milhões de minas colocadas e a destruição de todas as principais infra-estruturas do país.

Dezenas de milhares de angolanos refugiaram-se para países circunvizinhos, fundamentalmente a Zâmbia, Namíbia e nos dois Congos. Outros refugiaram-se nas cidades, predominantemente na faixa litoral, procurando maior estabilidade onde adquiriram um estatuto de deslocados.

Esta situação provocou uma superpopulação citadina, causou desequilíbrio no ordenamento rural existente e trouxe para as cidades gentes com hábitos não citadinos, o que agravou ainda mais a situação socio-económica duns e doutros.

Este agravamento das condições de vida da população, deu origem a determinados fenómenos, tais como; a deterioração de determinados valores morais e civicos, a delinquência, a mendicidade e a prostituição (Corpo de Reconstrução e Reabilitação Nacional, DPO-EMG/FAA, 1999: 2-3).

Esta guerra terminou com assinatura do memorando do Lwena, rubricado aos 04 de Abril de 2002 sendo assim devolvida a paz definitiva e uma esperança de vida melhor para todos os angolanos.

Para o estabelecimento da paz em todo o território nacional, foi assinado o memorando de entendimento do Namibe visando a paz em Cabinda, dia 01 de Agosto de



2006, entre o governo angolano e o Fórum Cabindês para o Dialogo (FCD) e foi restabelecido a paz em todo o território nacional.

Desta feita, todas as questões relacionadas com a implementação dos acordos estão a ser cumpridas e a consolidação da paz é uma realidade vivida em toda a extensão do território de Angola.

c. Acordos celebrados para a conquista da paz em Angola

(1) Acordo de paz rubricado em Bicesse – Portugal

Ao 31 de Maio de 1991 é assinado em Bicesse o acordo de paz para Angola, e é dado o início da observância do cessar-fogo baseado nos principais aspectos a destacar:

- Cessar-fogo;
- Implementação dos acordos de paz;
- O aquartelamento das Forças Militares da UNITA (FMU) e do Governo;
- A desmobilização das tropas excedentárias;
- A restauração da administração do estado em todo o território nacional;
- A realização das eleições multipartidárias e presidenciais.

(2) Acordos de paz rubricado em Lusaka – Zâmbia.

Este acordo foi assinado sem a presença do líder da UNITA, aos 20 de Novembro de 1994, sob auspícios das Nações Unidas representado pelo então representante especial do secretário geral das NU, o diplomata Allione Beye, de cuja agenda se destacam os seguintes aspectos:

- Despacho de uma força das Nações Unidas, a UNAVEM III composta por capacetes azuis;
- Desarmamento das Forças Militares da UNITA pela UNAVEM III;
- Partilha do poder entre o governo e a UNITA;
- A não realização das eleições antes de se concluir com as questões militares;
- A implementação de todos os pontos agendados no acordo de paz. (Comerford, 2005: 48-57).

(3) Acordo de paz rubricado em Luena (memorando de entendimento complementar ao protocolo de Lusaka)

O memorando de entendimento complementar ao protocolo de Lusaka para a cessação das hostilidades e resolução das demais questões militares pendentes nos termos do protocolo, assinado aos 04 de Abril de 2002, marcou sem sombra de dúvida, o início de uma nova era de paz para todos os angolanos. A agenda para o memorando foi a seguinte:



- Cessação das hostilidades;
- Acantonamento das Forças Militares da UNITA (FMU) em área de acolhimento, num total de 105.000 militares e suas famílias;
- A extinção das FMU, a desmilitarização da UNITA e a sua reestruturação em partido político;
- Entrega, recolha e armazenamento do armamento das FMU;
- Enquadramento de generais, oficiais, sargentos e praças, nas Forças Armadas Angolanas e na Polícia Nacional Angolana;
- A desmobilização das forças excedentárias e a sua passagem à reserva e à reforma;
- Reintegração sócio-profissional do pessoal militar desmobilizado na vida nacional;
- A resolução das demais questões militares pendentes nos termos do protocolo de Lusaka;
- Amnistia geral de todos os crimes cometidos no âmbito do conflito armado, afim de promover a reconciliação e a unidade nacional;
- A promoção da tolerância e perdão;
- Reposição da administração do estado em todo o território nacional;
- A aprovação da nova constituição;
- A elaboração do registo eleitoral antes da realização das eleições.(Comerford,2005: 19).

(4)Acordo de paz rubricado em Namibe para a paz em Cabinda (memorando de entendimento).

Para a pacificação da província de Cabinda, foram evidados enormes esforços, para que a paz fosse uma realidade naquela parcela mais a norte do território nacional.

É assim assinado em Namibe, ao 01 de Agosto de 2006, o acordo de paz entre o governo da República de Angola e o Fórum Cabindês para o Dialogo, cujo o calendário estabelecido previa o seguinte:

- Concentração e aquartelamento das forças militares da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), num total de 1675 militares e suas famílias;
- Entrega e recolha do armamento dos militares da FLEC;
- Enquadramento dos generais, oficiais, sargentos e praças nas FAA e na PNA;



- A desmobilização das forças excedentárias e a sua passagem à reserva e à reforma;
- A transformação da FLEC em partido político;
- A atribuição de cargos diplomáticos e governativos no aparelho central do estado, local e nas empresas públicas;
- A reintegração socio-profissional do pessoal desmobilizado na vida nacional;
- A atribuição do estatuto especial para Cabinda.

d. Paz definitiva, esperança para o futuro de Angola

O alcance da paz em Angola, pela primeira vez na sua história, proporcionará a convivência harmoniosa, a implementação dos instrumentos jurídicos legais que servirão de base para o processo social, o incremento das trocas comerciais, da livre circulação de pessoas e bens, do fortalecimento da democracia e da unidade de todos os angolanos.

Angola vive hoje numa situação de paz efectiva, em toda a extensão do território nacional. Foi devolvida a esperança a todos os angolanos de pensar no futuro.

Chegou o momento de se porem para o bem estar de todos e o desenvolvimento harmonioso do país, as suas enormes potencialidades naturais.

e. A estabilidade em Angola

(1) No âmbito militar

A localização de Angola na região austral da África, marcada pelo então conflito que impunha os Movimentos de Libertação Nacional (MLN) anti apartheid aos regimes minoritários, a par de ser um dos fornecedores mundiais de petróleo, tornaram-se numa peça fundamental no quadro da estratégia dos contendores da guerra fria.

A sua postura de apoio aos movimentos de guerrilha que se batiam contra os últimos redutos do colonialismo na África Austral constituía ainda uma séria ameaça a estes regimes.

Foi neste plano de fundo que se arquitectou uma estratégia militar contra Angola, procurando transformá-la numa zona da esfera de influência de um dos contendores da guerra fria, com o objectivo principal do derrube do regime então instituído, através do apoio bélico a determinadas organizações armadas, visando manter um clima permanente de instabilidade militar, o enfraquecimento da sua economia e o seu isolamento diplomático internacional.



Angola viu-se obrigada a recorrer a ajuda militar internacional, nomeadamente de Cuba para a defesa da sua integridade territorial e soberania.

A subsequente alteração do quadro militar na região, principalmente a derrota do exército Sul – Africano, na batalha de Kuito-Kuanavale (sudeste de Angola) em 1987, forçou a alteração da estratégia da África do Sul, que não tinha outra solução, senão optar por negociar o fim do seu envolvimento militar directo no conflito angolano.

Foram assim concluídos os acordos de Nova York, em Dezembro de 1988, que permitiram a cessação das hostilidades militares entre Angola e África do Sul e a retirada das forças Sul-africanas que ocupavam o sul de Angola desde 1982, a retirada das tropas Cubanas e o início da descolonização da Namíbia que alterou de maneira positiva, o cenário militar e político em Angola e na África Austral.

O regime de apartheid chegou à conclusão da sua insustentabilidade e enveredou por um processo de abertura política e de democratização.

Várias foram as tentativas para a pacificação de Angola, com o objectivo de trazer a paz e a estabilidade, destacando-se os acordos de Bicesse – Portugal, acordos de Lusaka-Zâmbia, acordos de Luena e finalmente os acordos de Namibe, sendo os dois últimos acordos, marcos históricos que deram início ao verdadeiro clima de estabilidade político militar, em toda a extensão do território nacional, com as quais se calaram definitivamente as armas.

Mas persistem outros sérios desafios na região austral de África e que se prendem com a consolidação da paz e segurança através do sistema regional de prevenção e gestão de conflitos e, combates a redes terroristas e do crime organizado, as quais tenderão tirar partido do franqueamento das barreiras na circulação transfronteiriça na região.

Existem ainda alguns focos de tensão na região dos grandes lagos, concretamente a leste da República Democrática do Congo (RDC) que de uma forma põem em perigo a estabilidade militar da região e de Angola, tendo em conta a vasta fronteira terrestre que limita os dois países.

O estabelecimento da cooperação militar com os países e exércitos dos países vizinhos do Comité para o Desenvolvimento da África Central (SADC), da África Central e a criação da brigada em estado de alerta da SADC, contribui de uma forma positiva, para o fortalecimento da estabilidade militar na região e em particular em Angola.



(2) Vulnerabilidade das fronteiras

No contexto global, as fronteiras de Angola não estão bem guarnecidas, permitindo a emigração ilegal, bem como a ocupação de algumas localidades por populares dos países vizinhos, com uma fronteira terrestre de 4837 km.

A entrada ilegal de milhares de cidadãos estrangeiros, devido a insuficiência dos mecanismos de fiscalização, principalmente os congolezes da RDC, oeste e centro africanos que se instalam preferencialmente nas províncias de Lunda-norte e sul, Malange e Bié, áreas potencialmente diamantíferas e na capital do país em Luanda.

A fronteira marítima pela sua imensa extensão (1650 km) e importância, é também preocupante face à fraca fiscalização da costa, por falta de meios adequados e modernos para o efeito, que permite a entrada ilegal de emigrantes e a pilhagem das riquezas marinhas.

O espaço aéreo nacional, tem merecido uma atenção especial, com o apetrechamento de meios modernos de navegação aérea e de radares modernos, o que tem permitido o controlo do e a inviolabilidade do espaço aéreo nacional.

Os longos anos de conflito armado em Angola, levaram à degradação de inúmeras infra-estruturas não tendo a fronteira terrestre escapado a esse quadro.

(3) Proliferação das armas

Desde o início da luta armada aos 4 de Fevereiro 1961, a proclamação da independência aos 11 de Novembro de 1975, as primeiras eleições multipartidárias realizadas em 1992, seguidos de vários conflitos até aos 04 de Abril de 2002, a população angolana foi obrigada a pegar em armas para a sua auto defesa, protecção dos seus bens e defesa da pátria.

Este facto justifica a posse generalizada de armas de guerra que situação representa uma séria ameaça à segurança e tranquilidade.

Com vista ao restabelecimento de um clima estável e seguro, iniciou-se no princípio deste ano de 2008, o processo de desarmamento da população civil e a entrega voluntária das armas, por forma a garantir que o próximo pleito eleitoral, (eleições legislativas), previstas para Setembro do corrente ano, decorram num clima de tranquilidade e paz.

Independentemente dos esforços que têm sido empreendidos por parte das autoridades, para a recolha do armamento, registam-se algumas acções violentas esporádicas e isoladas no centro e sul do país, derivado à pobreza extrema em que vivem



as populações de algumas regiões, optando pelo crime, como forma de sobrevivência, tais como:

- Roubo de gado bovino;
- Assalto a mão armada;
- Roubo de viaturas.

(4)No âmbito político

O 4 de Abril de 2002 «dia da paz e da reconciliação nacional», marca sem sombra de dúvida, o início da estabilidade política em Angola. Já lá vão seis anos de paz efectiva, num verdadeiro clima de estabilidade em todo o território nacional.

Hoje, Angola vive um processo de mudanças em que a consolidação da paz, a reconciliação e a reconstrução nacional e a construção da democracia se apresentam como elementos centrais, resultantes dos acordos de paz como ponto de partida para o desenvolvimento multifacético e a reconciliação entre irmão antes desavindos.

Com o fim da guerra, terminou o calvário, terminou a limitação dos direitos e liberdade dos cidadãos.

Da confrontação armada, passou-se para a confrontação política, visando a tomada do poder pela via eleitoral.

A participação é activa em todos os partidos políticos, da sociedade civil e das igrejas, na edificação sólida do país, principalmente na promoção do valores cívicos, morais e sociais, como o respeito pelos direitos do homem, a tolerância e a solidariedade.

Angola deverá estar assente em valores morais, cívicos de modo a serem preservados, tal como os nossos ancestrais nos transmitiram com muita sabedoria.

Cabe a sociedade e às igrejas baterem-se na mesma matéria pela promoção da expansão deste valores, fundamentalmente junto dos jovens que serão o futuro do país.

Para que haja estabilidade política, o governo em coordenação com as outras forças políticas e sociais, está a desenvolver acções que visam a reconciliação dos angolanos e a paz social.

A actual Lei Constitucional (LC) estabelece de entre outros os seguintes princípios:

- Democracia multipartidária, o respeito pelos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos;
- A economia de mercado, a laicidade do estado, o apartidarismo das Forças Armadas Angolanas (FAA);
- A alternância do poder através do sufrágio universal.



Nesta altura, já foram registados para a sua participação nas eleições gerais mais de 8.000.000 de eleitores.

(5) No âmbito económico e social

A República de Angola, vive uma fase de reconstrução nacional. Se no passado a maior parte dos recursos financeiros foram afectados ao esforço da guerra, hoje, são canalizados para o processo da reconstrução nacional, na reabilitação e construção de infra-estruturas, na melhoria e aumento dos serviços básicos a população, na luta contra a pobreza, no investimento no ensino, saúde e no melhoramento das condições sociais dos cidadãos.

Já foram reabilitadas e construídas várias pontes, escolas, centenas de kms de estradas, hospitais, postos médicos, edifícios administrativos e judiciais etc., etc.

Em 2002, a economia angolana, registava a taxa de inflação superior a 100%, o que anulava, o poder de compra e consumo das populações.

Hoje como resultado das reformas económicas, a inflação caiu no patamar de 10%, melhorando de forma positiva as condições de vida dos angolanos em todo o país.

Angola, pagou a maior parte da sua dívida externa, a inflação está controlada e em função disso terminou a dolarização da economia nacional.

Vários bancos estrangeiros instalaram-se no país e, por este facto, aumentou a concorrência na concessão de créditos, sobretudo ao investimento.

Milhares de angolanos criaram empresas, os salários da função pública e do sector privado, tem aumentado gradualmente, com reflexos positivos na vida social dos cidadãos.

A transparência, a imparcialidade dos sistemas judiciais, a boa governação, o respeito pelos direitos humanos, a liberdade das pessoas, a existência de uma mão de obra qualificada, a educação associada ao desenvolvimento, a repartição mais justa das riquezas, o combate à corrupção, o desperdício e desvio de recursos públicos, a eficiência e eficácia da gestão pública, são factores reconhecidos como base da estabilidade económica e social de Angola.

f. Síntese conclusiva

Há várias formas de considerar esta trajetória de 31 anos de guerra fratricida, entre irmãos da mesma pátria. Da confrontação ideológica, os três movimentos envolveram-se entre si, numa confrontação armada que durou três décadas.

De 1961 à 1975 a guerra em Angola visava a independência nacional.

De 1975 à 2002, viveu-se uma guerra fratricida. Esta guerra foi a que mais dilacerou o país e o balanço é trágico.



Milhares de angolanos perderam as suas vidas, outros ficaram física e psicologicamente abalados para toda a vida. Empresas comerciais e industriais, infraestruturas físicas como centrais eléctricas, pontes, caminhos de ferro, estradas, escolas, hospitais etc, foram sériamente destruídas.

Não há em Angola, uma única família que não tenha perdido um parente. Todos os angolanos foram fortemente afectados pelas agruras da guerra.

Podemos observar que os dois primeiros acordos (acordos de Bicesse- Portugal e Lusaka- Zâmbia), realizados sob auspícios da comunidade internacional, tiveram como resultado a continuação da guerra, com consequências cada vez mais mortíferas na população civil e a contínua destruição de infra-estruturas em todo o território nacional.

O terceiro acordo, o memorando de entendimento do Luena de 2002, conseguiu não só a formulação da cessação das hostilidades, como pôs fim a guerra que devastava Angola desde a independência, este cêebre acordo de Namibe, memorando de entendimento para a paz em Cabinda, veio pôr fim o conflito angolano e, a conquista da vitória que se traduz na verdadeira paz, almejada por todos os angolanos.

Todos os aspectos que vigoraram nos acordos foram observados e executados com determinação, empenho de todas as partes envolvidas, excepto o enquadramento dos militares desmobilizados na vida nacional. Este tem uma programação a curto, médio e longo prazo, tendo em conta a formação profissional e as oportunidades futuras de emprego que ainda não satisfazem os desmobilizados, e só.

A estabilidade político-militar, trouxe um claro benefício a população angolana, em relação a mobilidade interna, e o maior intercâmbio entre províncias, nas várias facetas, permitiu que o desafio do repatriamento de refugiados e deslocados fosse possível e vencido.

O reforço das relações de cooperação militar com exércitos dos países amigos, a participação em exercícios militares conjuntos, a criação de uma força de manutenção de paz na região austral da África (Brigada em estado de alerta da SADC), a existência apenas de um exército único, o apartidarismo das FAA e a sua subordinação ao poder político bem como o desarmamento da população civil, são factores primordiais para o garante da estabilidade político-militar do país e da região.

Se do ponto de vista político, já se pode falar em estabilidade, porquanto não há indícios de perturbação social ou desagregação das FAA, o mesmo já se pode dizer com relação a estabilidade económica e social.

Os partidos políticos realizam suas actividades sem perturbação.



Há liberdade de expressão, de imprensa e de manifestação.

A democracia, a reconciliação e a unidade nacional estão cada vez mais sólidas.

Este, é um processo longo e lento, pois a situação económica e social de Angola, apesar de registar progresso, não pode dissociar-se do contexto da situação económica e social dos países subdesenvolvidos, sobretudo os países africanos de que Angola é parte.

A constatação destes factos dá evidência e suporte à Hipótese 1: “Através do fortalecimento da paz para manter a estabilidade em todas as esferas da vida nacional e regional”, pelo que se considera a mesma **validada**.

3. Os recursos naturais, base para o desenvolvimento de Angola

Angola é um país bem dotado de recursos naturais. Os recursos minerais são abundantes e variado (petróleo, diamantes, ouro, ferro, mangânes, cobre, níquel, fosfatos, granitos, mármore, urânio etc.) e a agricultura, as florestas e as pescas representam condições notáveis de desenvolvimento.

Angola é um dos países com potencialidades minerais mais importantes na região austral no continente africano e dispõe das mais importantes reservas de petróleo, gás natural e diamantes de África, possui imensos solos férteis e o seu clima é favorável a uma grande variedade de culturas tropicais e semitropicais.

Os seus numerosos cursos de água oferecem excelentes possibilidades de irrigação e conferem-lhe um relevante potencial hidroeléctrico, com extensão para a rede energética da África Austral (SADC).

Dotada pela natureza, Angola possui ainda recursos florestais e cenários eco ambientais e paisagísticos favoráveis às actividades do turismo.

a. Recursos minerais

(1) Diamantes

Depois do petróleo, os diamantes constituem o principal produto que Angola exporta. As principais reservas estão localizadas no nordeste do país, região onde o produto conhece grande pureza e excelente qualidade.

Descobertos em 1912, os diamantes começaram a ser explorados cinco anos depois. Até ao fim da Segunda Guerra Mundial constituíam a base da principal exportação.

As reservas aluviais estão estimadas entre 40 a 150 milhões de karats (15 a 20%), enquanto as reservas de kimberlitos figuram entre as dez maiores do mundo, num total de



200 milhões de karats, (80 a 85%). A faixa costeira marítima (offshore) constitui uma área de jazigos secundários, com reservas ainda inexploradas.

Em 1912 criou-se a Diamang, sucedida pela Empresa Nacional de Diamantes (Endiama) em 1986, criada pelo governo, e que abriu a exploração mineira a companhias estrangeiras, usando acordos de partilha de produção.

Na última década, procurou-se reforçar a capacidade das empresas criadas pelo estado angolano, nas áreas de prospecção, lapidação, comercialização e logística.

Na verdade o sector diamantífero beneficiou de bases legislativas atractivas para tornar possível tal realidade, com a criação da legislação progressiva, sobre a estratégia do relançamento do sector diamantífero tal como:

- Programa concreto de luta contra o tráfico ilegal de diamantes;
- Nova lei de investimento privado;
- A política de implementação formal de novos projectos mineiros.

A empresa mineira Endiama, tem os seus níveis de operacionalidade centrados sobretudo na prospecção, pesquisa, reconhecimento e comercialização de diamantes.

O grau de reconhecimento dos recursos minerais do país, incluindo os diamantes é ainda incipiente representando 40% do território nacional.

Dos 167 projectos, a maioria dos quais ainda são áreas de concessão, 15 são de prospecção e estão já a funcionar, destacando-se os projectos Muanga, Alto Cuilo, Dala, Nheto, Lunda Nordeste e o Gando.

Existem 20 projectos de produção dos quais 14 em actividade:

- SMC – Sociedade de Desenvolvimento do Catoca;
- SDM – Sociedade de Desenvolvimento Mineiro;
- SML – Sociedade Mineira de Lucapa;
- SMCC – Sociedade Mineira Camatchia Camagico (Luô);
- SMK – Sociedade Mineira de Kuango;
- SM – Chitotola- Sociedade Mineira de Chitotola;
- Associação em participação do Luarica;
- Associação em participação do Faculdade;
- Luminas – Sociedade Mineira do Luremo;
- Projecto Mufuto – Norte;
- Projecto Calonda;
- Projecto Yetwene;



- Projecto Chimbongo;
- Projecto cassanguindi.

A actividade diamantífera expande-se das zonas tradicionais, (Lunda Norte e Sul), a outras, representando uma geografia numérica de projectos diamantíferos licenciados situados em:

- 10 Projectos em Lunda Norte;
- 37 Projectos em Lunda Sul;
- 3 Projectos em Biè;
- 3 Projectos em Malange;
- 3 Projectos em Huila;
- 2 Projectos em Zaire;
- 2 Projectos em Kuanza-sul;
- 1 Projecto em Huambo;
- 1 Projecto em Cunene.

A companhia de Catoca, é a maior a operar em Angola. Em 2007, produziu cerca de 10 milhões de quilates, no valor estimado em 1.272 biliões de dólares americanos. Angola é o quarto maior produtor de diamantes do mundo.

O facto de Angola possuir uma reserva de diamantes de boa qualidade (diamante jóia), estimada em cerca de 350 milhões de quilates, faz com que seja considerado, a nível internacional, como uma das fontes de abastecimento do mercado mundial.

(2)Ferro

As reservas de ferro estimam-se em um bilião de toneladas e as de fósforo e potássio elevam-se a 150 milhões e 20 milhões de toneladas, respectivamente. Para além destes importantíssimos recursos minerais, ainda existem diversas reservas minerais valiosas espalhadas em todo o território nacional como:

- Metálicos (ouro, cobre, manganês, zinco, urânio, etc.);
- Não metálicos (enxofre, mica, potássio, quartzo, etc.);
- Pedras ornamentais (granito, mármore etc.);
- Materiais de construção (asfalto, calcário, caulino, gesso, etc.).

Contudo, os recursos minerais que foram explorados até 1975, sobretudo o ferro, ouro, manganês, mármore e granito, viram a sua exploração paralisada, devido a guerra que assolou longos anos o país, assistindo-se actualmente a um grande esforço por parte dos operadores nacionais e estrangeiros, no sentido de reabilitar a exploração destes e



outros minérios. A mina de ferro localizada em Cassinga, na província de Huila, está a ser reabilitada e entrará em funcionamento em 2009.

A reactivação da área mineira de Cassinga (Huila) com um potencial de produzir até 10 milhões de toneladas ano, no valor estimado em 320 milhões de dólares americanos, abrirá novas oportunidades de emprego e contribuirá para o crescimento da economia nacional.

a. Recursos energéticos

(1) Petróleo

A exploração dos hidrocarbonetos em Angola teve o seu início em 1910. Só 45 anos mais tarde os esforços da exploração resultaram na primeira descoberta comercial do petróleo, na parte terrestre da bacia do Baixo Congo.

Em 1996, o campo Limba, traduziu-se na primeira descoberta comercial rasa na bacia do Baixo Congo. A exploração em águas profundas começou em 1993 e três anos mais tarde, aconteceu a descoberta comercial de petróleo denominado Girassol, na mesma bacia.

Em 1999, teve início a exploração em águas ultra profundas, seguida de outra descoberta denominada Plutão que ocorreu em 2002. O petróleo angolano está distribuído ao longo de três principais bacias sedimentares costeiras:

- A bacia do Congo (engloba Cabinda);
- A bacia do Cuanza e a bacia do Namibe (fazem parte da bacia marginal do Atlântico Sul).

Dois terços das actuais reservas de hidrocarbonetos, estimadas para mais de 35 anos, encontram-se na costa marítima da província de Cabinda, estando o resto disperso na plataforma continental adjacente às províncias do Zaire, Luanda, Kuanza-sul, Benguela e Namibe.

Ao nível de reservas e recursos energéticos, Angola é, o maior e o mais importante na região austral da África, não só pelo que existe, mas também pelo potencial conhecido, quer no domínio do petróleo e do urânio, como no campo hidroeléctrico.

Ainda durante muitos anos as energias renováveis alternativas ao petróleo e ao hidroeléctrico não estão, ainda, capazes de produzir resultados economicamente relevantes.

As fontes energéticas principais vão justamente circunscrever-se às que Angola dispõe em grandes quantidades, o que poderá fazer do país um exportador líquido não só de energia básica, como de produtos de elevado conteúdo energético como o cimento, o alumínio, os derivados de petróleo etc.



Angola é o 2º maior produtor do petróleo da África sub-sahariana (sendo a Nigéria o maior produtor), com reservas estimadas em 12.4 bilhões de barris.

O petróleo representou 90% das exportações de Angola durante as décadas de 1980 e 1990. A sua produção aumentou 600%, com uma produção diária de cerca de 2 milhões de barris/dia e os lucros líquidos foram superiores a 13 mil milhões de dólares americanos em 2007.

Angola tornou-se membro da OPEP (Organização de Países Exportadores de Petróleo) em 01 de Janeiro de 2007.

Lobito é a área escolhida para a construção de uma nova refinaria e a maior orientada para a exportação do petróleo.

As águas do offshore estão divididas em 35 blocos, espalhados pelo Oceano Atlântico em três áreas distintas (bloco de águas baixas menos profundas, bloco de águas profundas, bloco de águas mais profundas).

A maioria das maiores companhias petrolíferas internacionais da Europa e dos EUA já ocuparam posições nas áreas offshore. Nos próximos cinco anos, espera-se na indústria petrolífera, um investimento de 50 mil milhões de dólares americanos.

O desenvolvimento e o aumento do nível de vida têm determinado uma crescente procura de recursos energéticos. A importância dos recursos energéticos ultrapassa o domínio social e ambiental.

A energia é um elemento essencial para o desenvolvimento e o petróleo tem tido um contributo crescente para a satisfação das necessidades da população e da reconstrução nacional das infra-estruturas destruídas pela guerra, (escolas, hospitais, estradas, pontes, fabricas, barragens hidroeléctricas etc., etc.) que, duma ou de outra forma, contribuem para a criação dum ambiente em que o ser humano se realize em todo o seu potencial.

O petróleo é por excelência e mérito, o forte da economia angolana, com um assinalável e crescente peso, quer nas receitas de exportação quer nas fiscais.

Nos últimos anos, os recursos estratégicos em geral, têm estado a ganhar uma proeminência sem precedentes na arena mundial, com o petróleo a desempenhar um papel muito especial. A sua utilização, tendo em conta a limitada disponibilidade deste recurso natural não renovável, está a criar uma nova dinâmica nas relações internacionais e a determinar uma reavaliação das estratégias tanto aos produtores como os consumidores.

O petróleo ganhou tal importância na economia mundial, que influencia a segurança dos estados e as relações de cooperação entre nações.



(2)SONANGOL (Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola)

A SONANGOL é a empresa vocacionada para produção, distribuição e comercialização de combustíveis de Angola. Criada em 1976, a partir da nacionalização da ANGOL, a SONANGOL é a concessionária exclusiva para a exploração de hidrocarbonetos líquidos, gasosos no subsolo e na plataforma continental de Angola.

Com a criação da SONANGOL, surgiu um verdadeiro braço empresarial do governo angolano, para coordenar e controlar toda a actividade petrolífera no país que, a partir daí, viria a dar um salto sem precedentes na sua história.

As suas actividades abrangem a prospecção, pesquisa, desenvolvimento, comercialização, produção, transporte e refinação dos hidrocarbonetos e seus derivados em associação com empresas estrangeiras.

Concentrada nesta visão, a SONANGOL orienta-se para:

- A diversificação das actividades, de forma a diminuir a dependência em relação as oscilações do preço do petróleo;
- O desenvolvimento da refinação, da comercialização de petróleo e da distribuição de derivados como negócios competitivos;
- A criação de negócios de Gaz Natural Liquefeito de Angola (Angola LNG);
- A geração de opção para o reposicionamento das áreas de suporte ao negócio da SONANGOL.

b. Recursos hídricos

A configuração hidrográfica de Angola, tem uma estreita ligação com o seu relevo, uma vez que os rios têm origem em zonas planálticas e montanhosas, seguindo para as regiões de mais baixo-relevo (planícies). Os seus leitos são, na sua maioria irregulares, não faltando os rápidos e as inclinações, alargando-se nas zonas costeiras.

Existem quatro vertentes de escoamento de águas:

- Vertente Atlântica – com os rios Chilungo, Zaire ou Congo, Bengo, Cuanza, Queve, Catumbela e Cunene;
- Vertente do Zaire, a qual pertencem os rios Cuango, Cassai e seus afluentes, Cuilo, Cambo, Lui, Tchicapa e Luachimo;
- A vertente Zambeze, a qual pertencem os rios do leste de Angola tais como os afluentes do Zambeze, o Luena, Lungue-Bungo e o Cuando;
- Vertente do Kalahari, com muitos rios destacando-se os rios Cubango e os afluentes Cuchi e Cuito.



O maior e o mais navegável rio de Angola é o Cuanza, com cerca de 1000 km de extensão e cujo afluente, o Lucapa, forma as célebres quedas de Kalandula, de impressionante beleza natural com mais de 100 metros de altura.

Existe água mineral natural em Angola, geologicamente é uma típica água quente na emergência, esta localizada no centro do país, havendo já projectos de construção de fábricas em curso, para seu engarrafamento e comercialização. Estão localizadas em Balombo (Benguela), Alto Hama (Huambo), Chilessó (Bié), Seles e Conda em (Cuanza-sul).

Os seus numerosos cursos de água oferecem excelentes possibilidades de irrigação e conferem-lhes um relevante potencial hidroeléctrico, com extensão para a rede energética da África austral (SADC).

Os recursos hídricos existentes em Angola são, sem sombra de dúvida, de extrema importância, não só para o próprio país, como para o continente africano.

Este território tem elevada potencialidade hidroeléctrica, e é atravessado por extensos rios, os quais se destacam o Cunene, o Cubango, o Cuanza e o Cuango.

Existem em Angola as seguintes centrais hidroeléctricas:

- O sistema norte alberga as centrais de Cambambe, Mabubas, Luachimo e Capanda;
- O sistema centro é alimentado pelas barragens de Lumaun (em reconstrução) e a do Biópio;
- O sistema sul é composto pelas barragens do Ngove (em reconstrução) e a de Matala;
- O sistema leste é alimentado pelas barragens de Luachimo e Tchicapa.

As obras da barragem de Capanda, iniciaram-se em Fevereiro de 1987, a cargo do consórcio formado pelas empresas Technopromex, da Rússia e Odebrech, do Brasil e a assinatura do contrato com o governo angolano para a edificação do empreendimento, com o custo global de 2 mil milhões e 600 milhões de dólares americanos.

A barragem de Capanda é o maior empreendimento hidroeléctrico do país, com quatro turbinas, vai gerar energia (520 mega watts) para mais de 6 milhões de pessoas das províncias de Luanda, Malange, Cuanza-norte, Cuanza-sul e Bengo, impulsionando o fomento da actividade agro-industrial nestas províncias.

Actualmente, as duas turbinas em funcionamento produzem cerca de 260 mega watts que alimentam as províncias de Luanda, Bengo e Malange.



Quando estiverem instaladas as quatro turbinas previstas no projecto, a produção de energia atingirá 520 mega watts, que alimentarão o sistema de distribuição de energia eléctrica do norte do país.

Porem, apesar das excelentes condições para a produção de energia eléctrica a partir de centrais hídricas, ainda existe grandes insuficiências nas redes de distribuição da energia eléctrica nas zonas suburbanas e nos pólos industriais, pois grande parte das infra-estruturas eléctricas foram destruídas pela guerra.

Nas zonas rurais, por sua vez, a maior parte das populações ainda não tem acesso ao abastecimento de electricidade e de combustíveis comerciais.

Sendo a energia, a força motriz para o desenvolvimento do país, o governo de Angola trabalha afincadamente com o objectivo de recuperar todas as centrais hídricas destruídas pela guerra, para o arranque harmonioso de todos os sectores da vida nacional (industriais, agro-pecuários, etc. etc.).

c. Recursos florestais

As potencialidades angolanas em recursos naturais são inúmeras, dispõe de enormes extensões de florestas tropicais a norte, leste e sul do país, onde podemos encontrar várias espécies destacando-se o panga-panga, o pau-rosa, o ébano, o sândalo, mussivi e o mogno.

Estas espécies localizam-se preferencialmente no norte do país, particularmente em Cabinda (floresta de Maiombe) e Cuanza-norte (floresta dos Dembos), são as províncias mais ricas em madeira.

A produção anual da madeira em toro, poderá crescer em 300%, nos próximos tempos na sequência de um programa de reanimação da exploração florestal e de desenvolvimento da indústria madeireira elaborado conjuntamente pelos Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MINADER) e Ministério do Urbanismo e Ambiente (MINUA) que corresponde a 150 mil metros cúbicos de madeira em toro e uma produção de 50 mil metros cúbicos de madeira serrada, a curto, médio e longo prazo.

Reactivou-se a indústria de madeira em Cabinda, Luanda e Benguela, destinado à comercialização nas indústrias de móveis e construção civil. Grandes plantações de eucalipto e pinheiro localizam-se nas províncias de Benguela, Huambo, Huila e Bié, destinadas a produção de papel e indústria de móveis.

Existem projectos de recuperação da fábrica da Companhia de Celulose e Papel de Angola (CCPA), na vila de Alto-Catumbela na província de Benguela, destruída pela guerra.



d. Recursos agro-pecuários

Em termos agrícolas, Angola, é potencialmente um dos países mais ricos da África subsariana. O sector agrícola tem potencialidades comprovadas no passado colonial para as culturas de açúcar, algodão, café, milho, sisal, amendoim, batata-doce, rana, feijão, mandioca, massambala, hortícolas, fruticulturas, etc. Antes da guerra, Angola era auto-suficiente em termos de maiorias de colheitas alimentares e era um dos maiores produtores de café, sisal, óleo de palma, banana e cana-de-açúcar.

No solo cultivável, algumas terras são tão férteis que podem suportar até duas colheitas por ano.

A agricultura de subsistência ocupa a maioria da população angolana (70-80%), produzindo sobretudo a mandioca, o milho, o feijão, a batata rana, doce, o sorgo, o massango e massambala, o arroz, o trigo, hortaliças e frutas diversas.

Apenas 10% dos seus 8 milhões de hectares de terra arável estão a ser utilizados. Achamos que é muito vasto o potencial agrícola em Angola, fornecendo inúmeras oportunidades para uma agricultura comercial de uma variedade de colheitas tropicais e semi-tropicais. Angola dispõe de um clima diversificado o que possibilita a plantação de várias espécies.

Até 1975, Angola foi o 4º produtor mundial de café. Era o principal produto de exportação até 1973, substituído pelo petróleo no mesmo ano.

Angola vive hoje novos tempos e com a paz abrem-se novos horizontes, novos desafios e conseqüentemente novas oportunidades para o desenvolvimento da actividade agro-pecuária em todo o território nacional.

Para o incremento da actividade agrícola, foi lançada a primeira experiência piloto (aldeia nova), em Wako-Kungo, município de Cela, província do Cuanza Sul, que visa a modernização da agricultura, a aceleração do processo industrial e a produção de sementes e ração para o gado, acompanhada de um processo de reinserção de militares desmobilizados e familiares que já participam na actividade agrícola.

Para a transformação de vários produtos, produzidos no projecto foram instaladas várias fábricas destacando-se as seguintes:

- Fábrica de ração para produzir toda comida dos animais;
- Fábrica de incubação de ovos;
- Matadouro para abate de frangos, suínos e bovinos;



- Fábrica para confeccionar lacticínios e muitas outras vocacionadas para o processamento e selecção de produtos.

Vários produtos já estão a ser comercializados em todo o país. O projecto agro-pecuário (aldeia nova), já produziu resultados positivos e vai expandir-se por todas as províncias do país.

Os efectivos bovinos do país, estimados em mais de 6 milhões de cabeça de gado, estando a maior parte delas em mãos dos criadores tradicionais, em especial nas províncias da Huila e Cunene, seguido do gado caprino, ovino e suíno.

A economia angolana caracteriza-se por ser predominantemente agrícola e com a paz, os angolanos sentem-se mais seguros para se dedicarem em muitas actividades, fundamentalmente a agro-pecuária, como base para o desenvolvimento do país.

e. Recursos marinhos

Angola é o país rico em recursos marinhos e dispõe de uma faixa costeira das mais ricas da África, com uma extensão de 1650 km e em termos de espécie pelágica (peixes que ocorrem muito a superfície do mar), corresponde cerca de 80% do total do pescado, em grande parte destinado à transformação em farinha de peixe. Em 1973, Angola foi o 1º produtor mundial de farinha de peixe.

Ao longo da costa, encontram-se várias localizações industriais de menor e maior actividade pesqueira, destinadas a captura, conservação e comercialização de peixe.

Prevê-se a reabilitação e construção de entrepostos frigoríficos, peixarias, novos mercados, reforçando as já existentes, tal como a exploração dos estabelecimentos de processamento e produção de sal nas províncias de Benguela, Cuanza-sul, Namibe, Luanda e Cabinda.

Está em curso no país, a promoção de medidas de fomento do empresariado nacional, apoiado com pequenas embarcações, em parceria com operadores estrangeiros, capazes de mobilizarem, em regime de associação, os meios humanos, técnicos e financeiros de larga experiência no sector, com o objectivo de desenvolver a actividade pesqueira nas províncias de Cuanza-sul, Benguela e Namibe, complementar a agricultura.

A determinação dos recursos disponíveis terá de ser obra de investigação sistemática que passa necessariamente, pelo estabelecimento de rigorosos regulamentos que visam a defesa e preservação de espécies, a atribuição de quotas de captura de espécies, emprego da tecnologia propícia e boa capacidade de fiscalização.

A abundância de peixe na costa angolana deve-se ao facto das condições ambientais serem muito favoráveis a uma produtividade biológica devido à corrente fria de Benguela.



f. Síntese conclusiva

Angola está numa posição privilegiada em África, tendo em conta os variadíssimos e enormes recursos naturais que possui, com maior destaque vários recursos energéticos, minerais, hídricos, agro-pecuários, florestais, marinhos e turísticos.

O país possui numerosos cursos de água, solos férteis capazes de oferecer duas colheitas ano, extensas áreas de criação de gado bovino para o desenvolvimento da actividade agro-pecuária e a costa marítima mais rica de África em pescas, que constitui o elemento base e fundamental para o desenvolvimento de Angola.

Com o desenvolvimento da actividade agro-pecuária e a exploração de recursos energéticos, associados com a descoberta de vários poços de petróleo, a criação do pólo petrolífero, a construção de mais uma refinaria na cidade do Lobito e o facto de Angola possuir enormes reservas em diamantes de boa qualidade (diamante jóia), faz com que seja considerado como uma das fontes de abastecimento do mercado e a sua afirmação na região austral da África e no Mundo.

A constatação destes factos dá evidência e suporte à Hipótese 2: “O desenvolvimento a médio prazo de Angola, baseado no aproveitamento racional de recursos naturais, na aposta do desenvolvimento, constitui o elemento essencial para estabilidade de Angola”, pelo que se considera a mesma **validada**.

4. Angola rumo ao desenvolvimento

a. Desenvolvimento humano e cultural

Angola, possuiu um extraordinário potencial humano e as suas características demográficas ajudam a compreender melhor a situação actual de desenvolvimento humano. Em 2007, a população rondava aos 16 milhões de habitantes, devendo atingir mais de 20 milhões de habitantes em 2015, dos quais 60% será constituída por jovens (idade inferior a 20 anos), o que representa uma base virtual de desenvolvimento humano, embora os índices de escolaridade básica e secundária não sejam dos mais elevados.

A população em idade activa situa-se em torno de 8,3 milhões de pessoas, a força de trabalho, (retirando a população estudantil e militar), poderá estar a volta de 6,4 milhões de pessoas e a actual taxa de sub emprego ronda aos 51% da força de trabalho.

A população urbana cresceu sobretudo devido ao deslocamento das populações durante os anos de guerra. A população feminina é superior à masculina, a taxa de fecundidade é de 7,5 crianças por cada mulher em idade procriação, a taxa de fertilidade é



das mais elevadas do mundo, tendo atingido os 7,2% por mulher, com uma taxa de crescimento média anual estimada em 3,1%.

A esperança de vida à nascença é de 50 anos, sendo de 41,6% a probabilidade de um indivíduo não sobreviver para além dos 50 anos, a taxa de mortalidade infantil (100 em 1000 nascimentos) e de mortalidade infanto-juvenil (200 em 1000 nascimentos).

Apesar de alguns progressos alcançados, em especial na ordem militar, política e económica, o nível de desenvolvimento humano ainda é muito baixo, e constitui um grande obstáculo para o desenvolvimento e a reconstrução nacional, o que se torna necessário o incremento de uma grandiosa batalha para o desenvolvimento humano. Para o efeito, o governo de Angola, traçou metas para o desenvolvimento humano, em que será necessário alcançar, os seguintes objectivos principais:

- A erradicação da pobreza e da fome;
- O acesso universal ao ensino primário;
- A promoção de igualdade de género e a capacidade da mulher;
- A redução da mortalidade infantil;
- A melhoria da saúde materna infantil;
- O combate as principais endemias (HIV SIDA, Malária, a Tuberculose) e outras doenças;
- A promoção de um ambiente sustentável;
- O desenvolvimento de parcerias globais para o desenvolvimento humano.

Uma outra dimensão do grande incentivo de desenvolvimento humano é a educação da população. Cerca de 20% das crianças com idade inferior a 11 anos, nunca frequentaram a escola.

A proporção de indivíduos que nunca frequentaram a escola é mais elevada no meio rural, (mais de 30%) do que no meio urbano (20%). O governo angolano, através do ministério de educação, traçou programas concretos para que todas as crianças em idade escolar, não fiquem fora do sistema de ensino normal primário.

O indicador de percentagem de crianças que entram no sistema de ensino e que atingem a quarta, quinta, sexta e sétima classe de escolaridade é um bom indicador estrutural das oportunidades de acesso ao sistema de ensino e também das condições de vida dos agregados.

Em Angola, mais de 20% da população com mais de 15 anos é analfabeta, com maior incidência as mulheres, fundamentalmente nas áreas rurais de difícil acesso. Para



além da generalização da educação em todo o território nacional, está em curso a batalha de alfabetização para em curto prazo erradicar o analfabetismo e que para o efeito, identificou os aspectos importantíssimos tais como, a universalização do acesso ao ensino primário (1^a a 6^a classe) de qualidade, a educação básica, a erradicação do analfabetismo de adultos, a integração de crianças e jovens adolescentes no sistema normal de ensino, o reforço da capacidade de administração, gestão e inspecção escolar, constituem, a base indispensável para o desenvolvimento humano.

Para garantir a prossecução desse objectivo, será necessário um esforço considerável por parte do governo e de toda a sociedade, com o objectivo fundamental de alcançar rapidamente a cobertura do sistema, apostando nos princípios de liberalização da oferta dos serviços educativos, da constituição, de parcerias eficazes e bem coordenadas, a desconcentração da planificação e gestão da acção educativa, assegurando um envolvimento participativo das comunidades, sem pôr em causa os valores universais da igualdade do acesso do sistema de ensino, com maior integração do sexo feminino, proporcionando um ambiente verdadeiramente educativo, caracterizado pela igualdade de género.

As acções prioritárias estão voltadas para vários subsistemas com maior destaque, o subsistema de ensino geral, subsistema de formação de professores, e o subsistema de ensino técnico profissional, tal como as intervenções ao nível de modalidade de educação especial, da reforma curricular e dos mecanismos de administração, gestão e inspecção, porque contribuirão positivamente para o aumento da qualidade dos serviços educativos prestados pelos diferentes subsistemas.

Este tão importante incentivo, far-se-á fundamentalmente, através da formação rápida e qualificada contínua de professores, gestores e inspectores tal como do abastecimento de equipamento escolar e abastecimento do material didáctico e a construção e reabilitação de infra-estruturas em curso no país tais como escolas primárias, secundárias, institutos médios (saúde, agronomia, educação petróleo, política, etc., etc.), a universidade Agostinho Neto, ramificada em todas as capitais provinciais do território nacional tais como; faculdades de direito, ciências de educação, agronomia, engenharia, economia, saúde, etc.

O capital humano é um conceito vasto que engloba as capacidades individuais susceptíveis de contribuir para a eficácia produtiva, como os níveis de educação, a qualidade da saúde e o bem-estar, as capacidades físicas a experiência pessoal e profissional e a inteligência.



(1) Causas da pobreza

Os factores da origem da pobreza identificados são:

- O conflito armado, que destruiu infra-estruturas importantes, ceifaram milhares de vidas humanas, provocaram um número elevado de mutilados, órfãos e viúvas de guerra, refugiados e deslocados, e deram origem a uma situação humanitária dramática;
- A forte pressão demográfica, com uma taxa de fertilidade elevada, da elevada taxa de dependência nos agregados familiares e de movimentos migratórios massivos em direcção às cidades;
- A destruição e degradação das infra-estruturas económicas e sociais pela guerra, e deficiente manutenção e conservação e dos desajustamentos do sistema de programação e gestão do investimento público;
- O funcionamento não adequado dos serviços de educação, saúde e protecção social, devido a insuficiência de meios técnicos e humanos;
- A fraca oferta interna de produtos essenciais e bens fundamentais;
- A desqualificação e desvalorização do capital humano, decorrentes do sistema de formação e educação, da precariedade do estado sanitário, dos baixos salários e a extensão do emprego e sub emprego.

(2) Estratégia combate a pobreza em Angola

A guerra prolongada, desde a luta pela independência, é um dos principais factores, determinantes da pobreza no país. A guerra produziu um incontestável impacto negativo sobre a vida e liberdade das pessoas, contribuindo desta forma, para que a população se depauperassem rapidamente. O acordo de paz celebrado em Abril de 2002, trouxe a Angola, uma nova luz e esperança sobre o futuro e o governo angolano desenvolveu a Estratégia de Combate à Pobreza (ECP), para garantir que todos possam vir a beneficiar de forma equitativa, do progresso, de reconstrução e desenvolvimento nacional em curso no país.

A Estratégia de Combate à Pobreza (ECP), programada pelo governo, agora no contexto de paz, visa a reconciliação nacional, a reinserção dos desmobilizados, deslocados e refugiados, no contexto económico e social. Para além da consolidação da paz, o governo deverá assegurar o funcionamento da administração em todo o território nacional, com objectivo fundamental de estender os serviços básicos de saúde, educação a toda a população, reabilitar infra-estruturas económicas de base e promover um ambiente



económico e social estável para a promoção do processo de desenvolvimento abrangente e sustentável.

O governo angolano, pretende ao longo desta década reduzir substancialmente a incidência da pobreza em 50% da população com menos de um dólar diário até 2015. O cumprimento destas metas, exigirá do governo e de todos os parceiros da sociedade angolana, um esforço contínuo e vigoroso.

Para o efeito, o governo identificou dez áreas importantíssimas de intervenção prioritária ao combate à pobreza designadamente a reinserção social, a segurança alimentar e desenvolvimento rural, o HIV/ SIDA, a educação, a saúde, as infra-estruturas básicas, o emprego e a formação profissional, a governação e a gestão macroeconómica que tem como prioridade as seguintes:

- A reinserção social dos desmobilizados, deslocados e refugiados, constitui objectivo estratégico da prioridade total para o asseguramento da consolidação da paz, unidade nacional na criação das condições favoráveis para a fixação das populações nas suas áreas de origem e a promoção do desenvolvimento económico, social e cultural destas localidades;
- A garantia da protecção e segurança do cidadão, através de um aturado trabalho de desminagem com objectivo de desactivar dezenas de milhares de minas e outros engenhos explosivos espalhados em todo o território nacional com o objectivo fundamental de permitir a total liberdade de circulação de pessoas e bens, em especial no meio rural que foi seriamente afectado pelo conflito armado e que constitui um dos principais destinos das populações desmobilizadas e deslocadas;
- A segurança alimentar e o desenvolvimento rural, passam necessariamente para a revitalização da economia rural que de uma forma ou de outra, ajudará a fixar a população no campo e reduzir progressivamente a dependência de produtos agrícolas provenientes do exterior, já que o sector rural é uma das áreas estratégicas do futuro desenvolvimento de Angola, dado o seu potencial da criação de emprego e gerar rendimentos no seio das famílias, como base ao combate a pobreza;
- A educação, a saúde, são chaves e constituem sem sombra de dúvida, condições necessárias e básicas para o desenvolvimento do país;



- A prevenção e o combate a propagação do HIV/SIDA, que atinge proporções alarmantes no seio dos países vizinhos, proporcionando cuidados de saúde e nutricional necessária e a integração social a portadores de HIV/ SIDA;
- A formação profissional e o emprego contribuem directamente para o exercício de actividade geradores de rendimento, para o sustento de famílias, promovem um crescimento económico sustentável, essenciais para a diminuição dos índices de pobreza em Angola.

(3) Objectivos gerais e metas da ECP

O objectivo global da ECP, consiste na consolidação da paz e da unidade nacional, melhoria das condições de vida do cidadão angolano e participar activamente no processo de desenvolvimento económico e social do país cuja as metas são as seguintes:

- Garantir o acesso a escolaridade primária obrigatório a todas as crianças até 2015;
- Erradicar o analfabetismo de adultos até 2015;
- Reduzir a taxa de mortalidade de menores de cinco anos em 75% até 2015;
- Inserir na sociedade todos os desmobilizados, refugiados e deslocados;
- Aumentar a produção agrícola interna para níveis que assegurem a segurança alimentar para todos;
- Assegurar a cobertura universal de vacinação contra as principais doenças infantis (poliomielite, sarampo) até 2015;
- Aumentar o acesso a sistemas de saneamento para 79% nas áreas urbanas e 32% nas áreas rurais, água potável para 76% nas áreas urbanas e 48% nas áreas rurais, até 2010;
- Assegurar o registo de nascimento e a emissão do bilhete de identidade até 2010;
- Aumentar a proporção de agregado familiar com energia eléctrica em casa para 25% até 2010;
- Reduzir e estabilizar a taxa de inflação média anual em torno de 10% até 2008.

Constituem grupos – alvo da ECP, todo o individuo cujo rendimento seja inferior estabelecido como linha de pobreza, qualificados como pobres, designadamente os deslocados internos e refugiados no estrangeiro, os militares e paramilitares



desmobilizados, as crianças adolescentes em situação de exclusão os jovens, os portadores de deficiência física ou psíquica, os idosos e a mulher. (Estratégia de Combate à Pobreza, aprovado pelo governo a 11 de Fevereiro de 2004) (vide anexo A).

(4)Desenvolvimento cultural Angolano

Angola é um país pluriétnico e multiracial, uma nação de várias nações como definiu o 1º presidente de Angola e poeta Agostinho Neto, cuja identidade se foi forjando ao longo de séculos de uma história conflituosa, feita de trocas socio-económicas, biológicas, culturais e linguísticas de muitas origens e alguns deles provindos fora do Continente.

As culturas angolanas foram duramente preservadas contra todas as inovações e influências vindas do exterior, conservando intactas as tradições, perfeitamente diferentes no quadro nacional. Nesta diversidade está a verdadeira riqueza cultural do país. Concluiu-se com mérito a destribalização avançada do país. Hoje circulam por todo território nacional povos de todas as etnias, acelerando sua integração num todo nacional, cimentando a unidade nacional, reconhecível nos seus símbolos nacionais: A bandeira, o hino nacional, a língua oficial portuguesa e a unidade monetária comum.

A pertença de um todo nacional, na base histórico-cultural, simbólica, pelo respeito a património comum, crenças religiosas e o respeito pela identidade e a valorização de todos os grupos parcelares que compõem a nação angolana e as suas culturas, cimentaram cada vez mais a angolanidade, que, em suma, é valorizada com a fixação do alfabeto e a discrição fonética, fonológica, morfológica e semântica das principais línguas nacionais de Angola (umbundu, kimbundu, kicongo, tchokwe, mbunda, kuanhama e nganguela) e a sua introdução no sistema normal de ensino para a sua aprendizagem e aperfeiçoamento.

b. Desenvolvimento económico e social de Angola

Angola vive hoje numa situação de paz efectiva, em toda a sua extensão territorial. Foi devolvida a esperança a todos os angolanos de pensar no futuro, chegou o momento de pôr-se ao serviço dos angolanos, as enormes potencialidades naturais para o bem-estar de todos e desenvolvimento do país.

Abriu-se uma nova era: - A era da reconstrução nacional, da reconciliação e do relançamento da economia angolana.

Nesta era, o país precisa de reconstruir as infra-estruturas físicas destruídas pela guerra, construir novas infra-estruturas, para alicerçar o seu crescimento económico e o desenvolvimento, reabilitar o homem e a mulher angolana, pacificar os espíritos, através de medidas que proporcionem a todos, as melhores condições de vida, a paz social.



A economia angolana cresceu na percentagem de 2 dígitos, com o objectivo de recuperar o grande atraso económico e social em que o país se encontra mergulhado.

Estes objectivos só serão possíveis de materializar, com um envolvimento de todas as forças vivas da nação, através de políticas económicas e financeiras, capazes de atrair massivos investimentos estrangeiros privados qualificados, mobilizar ajudas regulares públicas ao desenvolvimento de países mais desenvolvidos, bem como de linhas de créditos públicos e privados em condições normais de mercado.

Para modernizar e ampliar a base técnico-material da sua economia, Angola precisa de muito dinheiro, muita mão de obra qualificada, boa competência de gestão, quer no domínio privado e criar um quadro comportamental mais adequado as exigências morais, éticas e deontológicas contemporâneas que resultem em relações sociais de produção mais justas, equilibradas e que estimulem e sustentabilizem o crescimento económico e tragam um desenvolvimento humano e social.

Por ter uma economia sustentada em petróleo e diamante como produto de exportação, Angola não possui uma economia industrial, razão pela qual, tem de comprar ao estrangeiro cerca de 85% dos produtos que consome, esgotando nestas operações, montantes significativas das suas receitas e suportar custos cambiais enormes, pois a maior parte destas importações são feitas em países do Euro (União Europeia), moeda bastante apreciada em relação ao dólar americano.

Nestes últimos 6 anos de paz, a economia angolana está a registar, bons sinais de grande vitalidade que se começaram a evidenciar a partir de 2004, traduzidos nas altas taxas de crescimento económico registadas: 2005=20%; 2006=18,6%; 2007 cerca 21%.

O Produto Interno Bruto (PIB), aumentou significativamente, tendo atingido em 2006 o montante 41,8 mil milhões de dólares, e estima-se que este ano venha atingir a cifra 78,9 mil milhões dólares americanos, mas este montante poderá ser maior em 2008 se mantiver o preço actual de barril de petróleo (O OGE só previu para 2008 USD 55/bb) e o preço actual está acima de 90 USD.

A conta corrente de balança de pagamentos (balança de transacções correntes), registou saldo positivo nos últimos 2 anos, tendo em 2006, o saldo representado 23,3% PIB e em 2007 cerca de 10,7% PIB, equivalente a 6,5 mil milhões de dólares americanos.

As reservas internacionais líquidas do banco central, aumentaram cerca de 11,3 mil milhões de dólares americanos em finais de 2007 que corresponde 4,11 meses de importações totais de bens e serviços. Este indicador irá melhorar, tendo em conta o aumento da produção e do preço do petróleo.



A dívida pública externa, foi avaliada em cerca de 20 mil milhões de dólares americanos em finais de 2007, o que corresponde a 32,8% PIB, em 2006 foi de 36,9% PIB e em 2005, esteve nos 33,9% PIB.

A taxa de inflação anual, tem vindo a decrescer desde 2003, passando para 75,5% para 31% em 2004, em 2005-2006 ela foi de 12,2%, 11,7% em 2007 e 10% em 2008.

A taxa de câmbio estabilizou em 1,8% em 2005, 1,9% em 2006 e 1,6% em 2007. A moeda nacional, kwanza, apreciou-se bastante neste período, face as moedas estrangeiras. Este ano a taxa de câmbio do dólar americano, tem oscilado entre os KZ 75 a 78. A confiança na moeda nacional é hoje inquestionável e tem estado a fortalecer-se nos últimos 3 anos.

Os indicadores sociais de Angola, contrastam de forma gritante com a boa situação económica e financeira que o país tem estado a viver nos últimos anos.

Ao nível da desigualdade na distribuição da renda nacional, Angola esteve entre os 5 piores do planeta. Os índices de pobreza, mortalidade infantil, de médico por habitante, o desemprego, o analfabetismo, a distribuição da energia eléctrica e água potável, a habitabilidade condigna e outros, não são os mais adequados.

São várias as tarefas a efectuar neste domínio, o que constitui grande desafio para os governantes angolanos e oportunidades de negócios para empresários.

Os desafios são enormes, a enfrentar com sabedoria, dinamismo, preservância e espírito patriótico pelos seus governantes e todas as forças vivas da nação, para o futuro desenvolvimento económico e social de Angola

A procura de soluções viáveis para vencer todos os desafios, passa necessariamente por parcerias público-privadas, pelo apoio e fomento institucional ao empresariado angolano e pelo investimento directo externo qualificado, precisando-se de investimentos capital e tecnologia intensivos, que criem postos de trabalho para o maior número possível de angolanos, no reforço ao sector formal da economia, de forma aberta e transparente e tributável e de forma a gerar valor acrescentado interno para o país.

Angola tem dois grandes desafios estratégicos a vencer:

- Converter o alto índice de crescimento actual, em benefícios reais e abrangentes, para a maioria de cidadãos;
- Sustentabilizar o crescimento económico em alicerces mais sólidos destacando-se as seguintes: reforço da capacidade institucional; reconstruir e construir a infra-estruturas; aumentar a produção e distribuição da água potável e energia eléctrica; aumentar, melhorar e diversificar a qualificação



profissional dos angolanos a vários níveis e dê-ruralizar e humanizar as cidades.

Angola é hoje, um canteiro de obras. Não há nenhuma província que não tenha obras de construção civil em curso. O volume de investimentos públicos tem sido muito grande nos últimos anos. Em 2007 o Programa de Investimento Público (PIP) cifrou-se em 10.6 mil milhões de dólares americanos.

Para 2008, a verba prevista rondará os 9 mil milhões de dólares americanos. É significativo o esforço do governo para a realização de investimentos públicos. (Comunicação do Dr.Fernando Heitor “Angola na encruzilhada para o desenvolvimento” ISCTE, 2008-04-09).

c. Síntese conclusiva

O governo de Angolano tem criado bases sólidas, construindo as infra-estruturas e formando quadros dentro e fora do país em novas tecnologias. Promove de uma forma sólida, as acções estratégicas diplomáticas para o fortalecimento das relações nos vários domínios para o desenvolvimento de Angola.

Angola continua a ser o destino de muitos empresários estrangeiros para fazerem as suas aplicações, tudo graças ao clima de estabilidade política e macroeconómica, marcada por controlo da taxa de câmbio da inflação que vive nos últimos tempos. Muitos homens de negócios, acreditam num futuro próximo, o país vai alcançar o progresso que tanto almeja e por esta razão os investimentos têm vindo a crescer.

Angola tem o maior crescimento da África, devendo expandir-se em cerca de 35%, com uma percentagem do crescimento da economia nacional de 2 dígitos.

O sector petrolífero e diamantífero atingiu lucros líquidos consideráveis, algumas dessas receitas estão a ser canalizadas para outros sectores. Esta bonança económica do país, tem se reflectido positivamente nos rendimentos e na poupança dos cidadãos.

Não há memória em Angola de empresários estrangeiros terem investido tanto. Quase diariamente chegam no país estrangeiros provenientes dos quatro cantos do mundo, interessados a investir em vários domínios da economia nacional.

O modelo em curso da economia de mercado, baseado na livre iniciativa privada e num modelo económico sustentável, que assegure maior estabilidade política e social, o combate à pobreza, a erradicação da fome e miséria, a regulação e coordenação do progresso de desenvolvimento em todas as esferas da vida nacional, através de um sistema de planeamento estratégico concertado com a sociedade civil e empresarial, com objectivo fundamental de estabelecer uma economia forte, diversificada, estável, permitirá o acesso



da população angolana, à água potável, à energia eléctrica, à educação, à saúde, ao melhoramento do saneamento básico, e contribuir positivamente para o bem-estar dos angolanos e para o desenvolvimento económico e social de Angola.

A constatação destes factos dá evidência e suporte à Hipótese 3 “O desenvolvimento económico das infra-estruturas, fortalecimento da democracia, a economia de mercado, baseada na livre iniciativa, constituem factores determinantes para o progresso de desenvolvimento nacional” pelo que se considera a mesma **validada**.

5. Conclusões

Há várias formas de considerar esta trajetória de 31 anos de guerra civil entre irmãos da mesma pátria. Da confrontação ideológica, os três movimentos envolveram-se entre si numa luta armada que durou cerca de três décadas.

De 1961 à 1975, a guerra em Angola visava a independência nacional. De 1975 à 2002, viveu-se uma guerra civil. Esta guerra foi a que mais dilacerou o país, sendo o balanço é trágico.

Milhares de angolanos perderam as suas vidas, outros ficaram física e psicologicamente traumatizados para toda a vida. Empresas comerciais e industriais, infraestruturas físicas como centrais eléctricas, pontes, caminhos de ferro, estradas, escolas, hospitais etc, etc, foram seriamente destruídas.

Não há em Angola, uma única família que não tenha perdido um parente. Todos os angolanos foram fortemente afectados pelas agruras da guerra.

Podemos observar que os dois primeiros acordos (acordos de Bicesse- Portugal e Lusaka- Zâmbia), realizados sob auspícios da comunidade internacional, tiveram como resultado a continuação da guerra com consequências cada vez mais mortíferas da população civil e a contínua destruição de infra-estruturas em todo o território nacional.

O terceiro acordo, o memorando de entendimento do Luena de 2002, entre angolanos, conseguiu a formulação da cessação das hostilidades, como pôs fim a guerra que devastava Angola, desde a independência, completada com o acordo de Namibe, memorando de entendimento para a paz em Cabinda, que veio por fim o conflito angolano e a conquista da vitória que traduz a verdadeira paz, tão almejada por todos os angolanos.

Todos os aspectos que vigoraram nos acordos foram observados e executados com determinação, empenho de todas as partes envolvidas, excepto o enquadramento dos militares desmobilizados que foi programado para o curto, médio e longo prazo. Esta tarefa



tem em conta a formação profissional e as oportunidades futuras de emprego que ainda não satisfazem os desmobilizados e não só.

A estabilidade político-militar, trouxe um claro benefício para população angolana, em relação a mobilidade interna, por via rodoviária, o maior intercâmbio entre províncias, nas várias facetas, permitiu que o desafio do repatriamento de refugiados e deslocados fosse possível e vencido.

O reforço das relações de cooperação militar com exércitos dos países amigos, a participação em exercícios militares conjuntos, a criação de uma força de manutenção de paz na região austral da África (Brigada em estado de alerta da SADC), a existência apenas de um exército único, o apartidarismo das FAA que tem como doutrina, a subordinação ao poder político e ao primado da lei e nunca aos partidos políticos, o desarmamento da população civil, são factores primordiais para o garante da estabilidade político-militar do país e da região.

Se do ponto de vista político, já se pode falar em estabilidade, porquanto não há indícios de perturbação social ou desagregação das FAA, o mesmo já se pode dizer com relação a estabilidade económica e social.

Os partidos políticos realizam suas actividades sem perturbação e há liberdade de expressão, de imprensa e de manifestação. A democracia, a reconciliação e a unidade nacional estão cada vez mais sólidas.

Este, é um processo longo e lento, pois, a situação económica e social de Angola, apesar de registar progresso, não pode dissociar-se do contexto da situação económica e social dos países subdesenvolvidos, sobretudo os países africanos de que Angola é parte.

Angola está numa posição privilegiada em África, tendo em conta os variadíssimos e enormes recursos naturais que possui, com maior destaque para os recursos energéticos, minerais, hídricos, agro-pecuários, florestais, marinhos, turísticos, etc.

O país possui numerosos cursos de água, solos férteis capazes de oferecer duas colheitas ano, extensas áreas de criação de gado bovino e para o desenvolvimento da actividade agro-pecuária e costa marítima mais rica da África em pescas, que constitui o elemento base e fundamental para o desenvolvimento de Angola.

Com o desenvolvimento da actividade agro-pecuária e a exploração de recursos energéticos, associados com a descoberta de vários poços de petróleo, a criação do pólo petrolífero, a construção de mais uma refinaria na cidade do Lobito o e facto de Angola possuir enormes reservas em diamantes de boa qualidade (diamante jóia), faz com que seja



considerado como uma das fontes de abastecimento do mercado e a sua afirmação na região austral da África e no Mundo.

O governo de Angolano tem criado bases sólidas, construindo as infra-estruturas e formando quadros dentro e fora do país em novas tecnologias.

Promove de uma forma sólida, as acções estratégicas diplomáticas para o fortalecimento das relações nos vários domínios para o desenvolvimento de Angola.

O desenvolvimento não é fácil, não está aí no virar da esquina, não se consegue com um passe de mágica e não é tão difícil alcançá-lo como foi nos séculos passados. Devido a quantidade e qualidade das tecnologias e dos meios de produção actuais que são maiores e disponíveis, graças a globalização moderna que contribui positivamente para esta situação.

O crescimento e desenvolvimento não se podem fazer sem o Homem. Passa necessariamente pela formação deste nos vários domínios, para enfrentar de forma brilhante, todos os desafios do futuro.

Está provado que países com elevados índices de segurança humana (emprego, educação, saúde, esperança de vida, etc.), são os que apresentam níveis de desenvolvimento em todos os domínios.

Angola continua a ser o destino para muitos empresários estrangeiros para fazerem as suas aplicações, tudo graças ao clima de estabilidade política e macroeconómica, marcada por controlo da taxa de câmbio da inflação que vive nos últimos tempos.

Muitos homens de negócios, acreditam num futuro próximo, o país vai alcançar o progresso que tanto almeja e por esta razão os investimentos têm vindo a crescer.

Angola tem o maior crescimento da África, devendo expandir-se em cerca de 35%, com uma percentagem do crescimento da economia nacional de 2 dígitos.

Não há memória em Angola de empresários estrangeiros terem investido tanto. Quase diariamente chegam no país estrangeiros provenientes dos quatro cantos do mundo, interessados a investir em vários domínios da economia nacional.

O sector petrolífero e diamantífero atingiu lucros líquidos satisfatórios, algumas dessas receitas estão a ser canalizadas para outros sectores. Esta bonança económica do país, tem se reflectido positivamente nos rendimentos e na poupança dos cidadãos.

A grande maioria da população angolana, não está ainda a tirar os benefícios correspondentes aos altos níveis de crescimento económico que se registam nos últimos 4 anos.



A pobreza, o desemprego, o baixo nível de vida, a distribuição da renda nacional e outros, são aspectos sociais negativos que o governo tem na mesa e deve tratar duma forma mais profunda e realista.

Em 2008, os principais indicadores da economia angolana e a estabilidade macroeconómica, estarão na mudança estratégica com os reflexos da vida das populações, em que, estarão concluídas algumas das infra-estruturas rodoviárias, ferroviárias e outras que aumentarão a produção interna e a maior circulação de pessoas e bens.

Os esforços da estabilização já em curso no país, deverão ser definitivamente acentuados de modo a que as condições para o crescimento da actividade económica se consolidem para o desenvolvimento sustentável de Angola, baseado no modelo da economia de mercado e na livre iniciativa de privada, para efectivamente fazer de Angola, um país em que dá gosto viver.



BIBLIOGRAFIA

Livro, Monografias, Revistas, Documentos

- Abrantes, José Mena. (Ed.), (2005). *Angola em paz novos desafios*. Luanda Edições Maianga
- Atlas lusofónas-Angola (Ed), (2004). Instituto português da conjuntura estratégica. Lisboa-Portugal
- COMERFORD, Michael G. (Ed.), (2005). *O Rosto Pacífico de Angola: biografia de um processo de paz (1991-2002)*. Luanda: John Meinert Printing.
- HEITOR, Fernando (2008). *Angola na encruzilhada para o desenvolvimento*. Comunicação feita no ISCTE em 2008-04-09.
- RELA, José Manuel Zenha (2005). *Angola: O futuro já começou*. 1ª Edição, Luanda: Editora Nzila.
- ROCHA, Manuel José Alves (Ed), (1999). *Angola estabilidade, reformas e desenvolvimento*. Luanda: edição Luanda Antena Comercial.

Sites da Internet

- Google (2008): <<http://www.google.com/search?hl=pt-PT&q=ACORDOS+DE+PAZ+EM+ALVOR-PORTUGAL&btnG=Pesquis>>. (Acedido em 02-02-2008).
- Google(2008): <http://www.google.pt/search?sourceid=navclient&aq=t&hl=pt-BR&ie=UTF-8&rlz=1T4HPEB_ptBRPT256PT256&q=ACORDOS+DE+PAZ+EM+BICESSE%2d+PORTUGAL>. (Acedido em 04-02-2008).
- Google (2008): <<http://www.google.com/search?hl=pt-PT&q=ACORDOS+DE+PAZ+EM+LUSAKA-ZAMBIA&btnG=Pesquisa+do+Google&lr=>>>. (Acedido em 04-02-2008).
- Google (2008): <<http://www.google.com/search?hl=pt-PT&q=ACORDOS+DE+PAZ+EM+LUENA-ANGOLA&btnG=Pesquisa+>>>. (Acedido em 06-02-2008).
- Google (2008): <<http://www.c-r.org/our-word/accord/angola/português/textos.php>>. Cronologia das datas em linha. (Acedido em 14-02-2008).
- Google (2008): <<http://www.angolapress-ao/1anodepaz-paz-política04.asp>>. Angola em



paz. (Acedido em 14-02-2008).

- Google (2008): <<http://www.mirex.gv.ao/sadc/politica.htm>>. Estabilidade militar em Angola. (Acedido em 07-03-08).

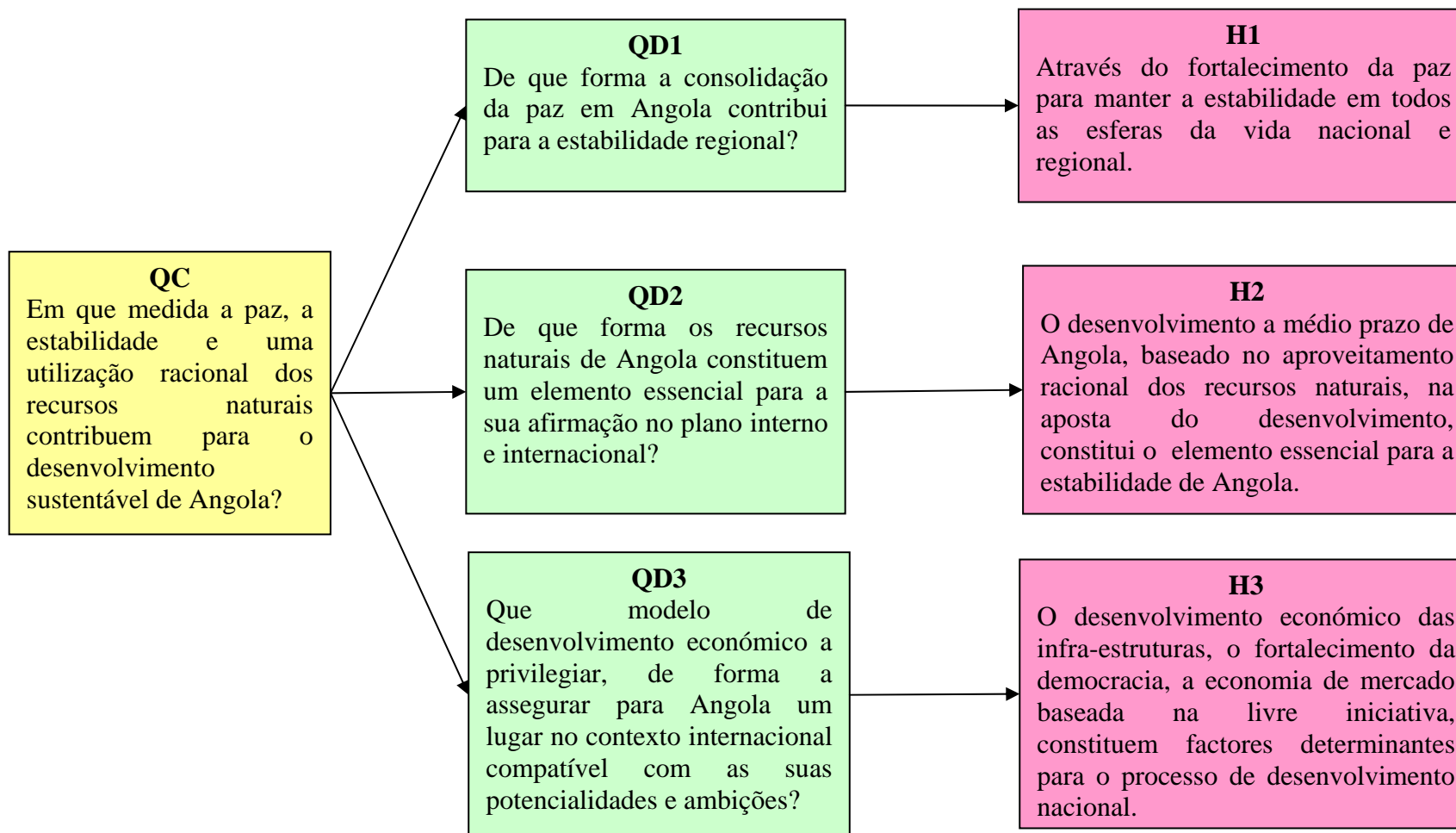


APÊNDICE 1

DIAGRAMA DE INDUÇÃO



DIAGRAMA DE INDUÇÃO





ANEXO A

SOCIEDADES DE

DIAMANTES



CATOCA - Sociedade Mineira de Catoca, Lda.

A Sociedade Mineira de CATOCA Lda, localizada na Província da Lunda Sul em Angola, foi constituída formalmente em 16 de Setembro de 1993 e tem como accionistas as seguintes empresas:

- Empresa Nacional de Diamantes de Angola - ENDIAMA (empresa angolana de capital público);
- Almazzi Rossi - Sakha, S.A. Alrosa (russa de capital público);
- Daumonty Financing Company B.V grupo Lev Leviev (israelita de capital privado);
- Odebrecht Mining Services Inc. (brasileira de capital privado).

O objecto social do CATOCA é a prospecção, exploração, tratamento e comercialização de diamantes dos jazigos de quimberlito da Chaminé Catoca.

A chaminé CATOCA, que ocupa 639 mil metros quadrados, é constituída por uma estrutura geológica complexa: o seu corpo mineralizado subdivide-se em Quimberlitos, Porfíricos, Quimberlitos Tufísticos e Brechas Quimberlíticas Autolíticas.

O conjunto de estudos geológicos realizados na Chaminé CATOCA até à profundidade de 600 metros demonstra um potencial de 271 milhões de toneladas de minério e 189 milhões de quilates a serem recuperados, correspondentes a uma facturação aproximada de USD 11 biliões até 40 anos.

Até há pouco tempo, o CATOCA contava com uma força de trabalho de 2600 trabalhadores., Hoje possui 2900 angolanos e 300 expatriados perfazendo o total de 3200 trabalhadores. O novo investimento permitiu criar 600 postos de trabalho, sendo maioritariamente 90% da região da Lunda Sul.

O CATOCA pode ser considerado um exemplo a seguir no que se refere à Angolanização da sua força de trabalho, na medida em que emprega maioritariamente trabalhadores angolanos, como ainda a quase totalidade dos seus líderes são angolanos.

O método de gestão da empresa é reconhecido quer em Angola como Internacionalmente e, prova disso, a empresa foi distinguida com medalhas de ouro e



entregues diplomas pela Qualidade e Eficiência da Gestão pelas organizações GLOBAL RATING, em Londres no ano de 2003, FOUNDATION FOR EXCELLENCE IN BUSSINNES PRACTICE, em Geneva no ano de 2003 e THE ARCH OF EUROPE em Frankfurt no ano de 2005.



SDM - Sociedade de Desenvolvimento Mineiro, sarl

A SDM é uma empresa mineira mista, de direito angolano e detentora, hoje, de direitos mineiros numa área de concessão de 2,950 km², localizada na bacia hidrográfica do rio Cuango, província da Lunda Norte.

No seu quadro de accionistas estão as empresas: ENDIAMA - Empresa Nacional de Diamantes de Angola (angolana e de capital público) e OMSI - Odebrecht Mining Service Inc. (brasileira e de capital privado).

O seu objecto principal é de prospectar, desenvolver, explorar e comercializar os diamantes provenientes dos depósitos primários e secundários, identificados na área do rio Cuango, no nordeste de Angola.

.

. .

. .

. .

. .



ANEXO B

ESTRATÉGIA DE COMBATE

À POBREZA

(Estrato)



República de Angola

Ministério do Planeamento

Direcção de Estudos e Planeamento

Aprovado pelo Governo a 11 de Fevereiro de 2004

Estratégia de Combate à Pobreza

*Reinserção Social, Reabilitação e
Reconstrução e Estabilização Económica*

VERSÃO SUMÁRIA

Luanda, 24 Setembro de 2003



....

4. CUSTOS E ENQUADRAMENTO MACRO-ECONÓMICO E FINANCEIRO DA ECP

O custo, total da ECP foi estimado em 3.170 milhões de dólares americanos, para o período de 2003 a 2005/06⁸. Este montante reparte-se pelas dez áreas prioritárias identificadas anteriormente estando ainda custeado um montante de cerca de 10 por cento correspondente ao incremento nos custos de funcionamento decorrente da expansão da infra-estrutura e dos serviços gerada pelas diversas intervenções.

Muitas das intervenções identificadas nesta estratégia encontram-se já em curso no ano de 2003. Cerca de 600 milhões de dólares orçamentos no Orçamento Geral do Estado (OGE) para o ano de 2003 correspondam a intervenções correspondentes, à ECP, ou seja, 19 por cento do custo total da ECP, e 76 por cento do Programa de Investimentos Públicos para 2003. Estima-se que em 2004 as despesas com a implementação da ECP ascendam a 865 milhões de dólares (27 por cento do total), a 1,026 milhões de dólares (32 por cento), em 2005, e a 679 milhões de dólares (21 por cento) em 2006.

⁸ Os cálculos detalhados dos encargos financeiros encontram-se explicitados nos planos operacionais específicos a cada uma das componentes prioritárias. ANEXO B –

O quadro, macroeconómico para o período de 2004 a 2007 estabelece o enquadramento financeiro, da implementação da ECP. O quadro macroeconómico projecta a evolução do envelope de recursos internos e externos, bem como a evolução da despesa total na base do pressuposto da estabilidade e contenção do défice orçamental.

Os seguintes Objectivos ou a atingir até ao final de 2007 foram estabelecidos como pressupostos de cálculo:

- (i) Atingir a estabilidade macroeconómica através de políticas, que visam a redução da taxa de inflação, para um dígito, aproximando de 5 por cento no final do ano de 2007 (taxa de inflação acumulada no final do ano);
- (ii) Assegurar uma taxa média de crescimento real anual do PIB de 13.9 por



cento durante 2003-2007⁹;

(iii) Passar de uma posição de saldo, fi" global (na base de compromisso) deficitário de quase 9 por cento, em 2002, para um saldo superavitário de cerca de 0.8 por cento do PEB¹⁰;

(iv) Reconstituir, gradualmente, as reservas internacionais líquidas com vista a atingir um nível equivalente a 2.2 meses de importações até ao final do ano, de 2007; e

(v) Aumentar o peso relativo, das despesas que concorrem directamente para o combate à pobreza.

Para atingir estas metas o Governo se propõe prosseguir, na linha das políticas de gestão macroeconómica apresentadas anteriormente (ver secção 4.4.9), as seguintes intervenções de política orçamental destinadas a conter o défice orçamental. mas garantir que os recursos públicos sejam canalizados para as áreas de intervenção prioritária de Governo:

(i) Redução, da proporção da despesa total do OGE no PEB, de 47 por cento, em 2002, para 39 por cento 2007;

(ii) Redução das despesas em Bens e Serviços, de 18.6 por cento do PIB em 2002 para 16 por cento do PIB em 2007;

(iii) Redução das despesas com Transferências para 2.8 por cento, do PIB em 2007; e

(iv) Aumento da afectação dos recursos, às Áreas Prioritárias, com uma proporção de investimento, da ordem dos 7 por cento, do PIB por ano, e representando entre 14 e 17 por cento, da despesa total do OGE.

⁹ Uma parte substancial deste crescimento económico será suportada pela produção dos novos poço e de petróleo e recentemente descobertos, cuja produção se espera vir a duplicar até 2006. O crescimento do PIB petrolífero foi estimado em 4,3 por cento em 2003, 16,5 por cento em 2004, 12,1 por cento em 2005, 25,5 por cento em 2006 e 28,4 em, 2007. ¹⁰ O aumento da produção petrolífera permitirá um aumento das receitas fiscais que contribuirão para a redução do défice. Estima-se que as receitas do Estado provenientes do sector petrolífero aumentem de 3,4 mil milhões de dólares em 2002, para 6,8 mil milhões em 2007. O preço do petróleo deverá variar de 22 dólares por barril, em 2003, para 20 Mares em 2004, 2005, 2006 e 2007.

Segundo as projecções do Quadre Macroeconómico de 2003 a 2007, o Governo terá capacidade para financiar mais de dois terços (68 por cento) do total do investimento ECP, com a distribuição apresentada na tabela seguinte.



5. CONSULTAS E DIVULGAÇÃO

O processo de consultas possibilita a participação da sociedade no processo de desenvolvimento económico e social, quer através da formação de estratégias, quer directamente na implementação dos programas para a redução da pobreza e promoção do desenvolvimento. As consultas têm como principais objectivos - (i) garantir o engajamento e a apropriação das intervenções pela sociedade e, em particular, pelos seus beneficiários mais directos; (ii) gerar consensos sobre as decisões tomadas para evitar conflitos e garantir o maior ganho para a sociedade; e (iii) promover o estabelecimento de parcerias entre os vários intervenientes, de forma a racionalizar os esforços e beneficiar de sinergias.

Para produzir os efeitos desejados, um processo de consultas deve obedecer a uma série de princípios fundamentais, devendo, ser participativo e representativo, integrado, abrangente e transparente e frequente.

Os intervenientes no processo de consultas no âmbito da ECP são todas as entidades que representem os interesses dos diferentes segmentos da sociedade, em particular dos grupos alvo. Podem-se identificar cinco, grandes grupos de intervenientes - (i) os órgãos do Governo, aos níveis municipal, provincial e central, (ii) o Parlamento e as Comissões Parlamentares; (iii) as entidades, organizadas da sociedade civil, tais como as ONG's, as confissões religiosas, as universidades e os meios de comunicação social, entre outros; (iv) o sector privado; (v) os representantes das comunidades locais (líderes comunitários); e (vi) os parceiros da cooperação internacional. Compete aos órgãos do Governo, aos níveis central, provincial e municipal, promover as consultas e a divulgação de informação e conhecimento aos vários segmentos da sociedade.

Uma estratégia de combate à pobreza só é credível e sustentável se for concebida num quadro suficientemente participativo a todos os níveis da sociedade. O processo de consulta inerente à elaboração da ECP em Angola comportou duas fases. Uma primeira de consulta às instituições do Governo central e local. Uma segunda fase de consultas às comunidades locais.

O processo de consulta de consultas que esteve na base da formulação da presente ECP foi lançado com a realização de um seminário, em 2000, que visou,



fundamentalmente, informar sobre o processo de preparação da ECP, dar a conhecer experiências vividas por outros países africanos e debater prioridades de assistência técnica para apoiar na estabilização macroeconómica e na redução da pobreza. Este seminário teve uma ampla participação dos vários sectores da sociedade. Estiveram. Presentes no evento: membros do Governo, do Parlamento, assessores da Presidência da República, altos funcionários do Governo e representantes de ONG nacionais e estrangeiras. O seminário constituiu uma oportunidade para identificar as instituições e entidades a consultar ao longo do processo, de da estratégia.

O processo de consultas contemplou as instituições governamentais e os órgãos legislativos e os sectores da sociedade civil, designadamente: confissões religiosas, ONG nacionais e internacionais, organizações comunitárias, associações profissionais e sector privado. Foram ainda amplamente consultadas as agências de cooperação bilateral e multilateral. Este exercício propiciou que a ECP reflectisse os interesses e prioridades de todos os segmentos da sociedade.

As consultas intra-governamentais destinaram-se a dar os consensos necessários para estabelecer uma estratégia única partilhada por todos os níveis do Governo. As consultas à Assembleia Nacional visaram assegurar que a vontade política e a liderança do processo de consultas globais alcançassem os níveis necessários para uma estratégia abrangente e com um elevado, grau de prioridade nacional, através dos canais de diálogo social institucionalizados e dos órgãos de direcção e decisão política, do país. As consultas à Sociedade Civil Organizada e às Comunidades Locais destinaram-se à recolha de contribuições que complementassem a visão do Governo sobre o perfil socio-económico nacional e territorial e à identificação das intervenções mais adequadas para dar resposta aos problemas e desequilíbrios mais prementes. O Processo de consultas às comunidades locais decorreu com o apoio, da Associação Mãos Abertas (AMA) e do Fundo de Apoio, Social (FAS) que actuaram como, moderadores no processo de consultas directas às comunidades. As consultas utilizaram técnicas participativas para a recolha das percepções, problemas e prioridades de intervenção identificadas pelas comunidades, com vista a apurar a qualidade da ECP e estabelecer prioridades, mais consistentes, com a realidade de terreno. Esta iniciativa realizou-se em aldeias e comunas de todas as províncias do país.



O processo de consultas iniciado, ao longo da formulação da ECP será continuado de forma a permitir um acompanhamento, da implementação e obter elementos, para poder analisar e avaliar os resultados alcançados e assim, progressivamente, ajustar as políticas e as estratégias às necessidades mais da população, em particular dos grupos mais desfavorecidos. Por outro lado, será lançada uma ampla campanha de divulgação de informação da presente estratégia bem como, assuntos específicos relacionados com, o tema da pobreza.

O processo de consultas e divulgação proposto pelo Governo, baseia-se primeiramente nos mecanismos de diálogo, já existentes aos níveis nacional e local. Complementarmente, serão estabelecidos mecanismos específicos de forma a garantir uma participação cada vez mais abrangente dos potenciais intervenientes. A este nível é de destacar a necessidade de institucionalizar formas de diagnóstico rural participativo, nos moldes do trabalho elaborado durante o processo de formulação da ECP.

Estão previstas as seguintes intervenções no âmbito das consultas e divulgação sobre a ECP:

- (i) Sessões de divulgação da ECP com todos os representantes da sociedade;
- (ii) Elaboração de brochuras temáticas;
- (iii) Cursos de formação sobre pobreza;
- (iv) Diagnósticos participativos, e
- (v) Elaboração de um documento de estratégia de consultas e divulgação.

6. MONITORIA E AVALIAÇÃO

A implementação da ECP exige um acompanhamento e análise permanente que permitam avaliar o progresso alcançado, identificar os obstáculos encontrados e sugerir eventuais correções e ajustamentos, ao desenho dos programas de modo a torná-los, mais eficazes na prossecução dos objectivos para os quais foram definidos. Com efeito, num contexto tão volátil e de constante renovação e aprendizagem, como é o contexto actual angolano, é imperativo assegurar a assistência de mecanismos de constante actualização da informação e do conhecimento que alimentem os processos de planeamento e de gestão. A monitoria e a avaliação deverão fornecer as ferramentas necessárias para o



acompanhamento e a análise do progresso e do impacto dos programas ao longo da implementação da ECP, constituindo também processos informativos chave para suportar a formulação do Programa de Desenvolvimento de Médio Prazo e da Estratégia de Longo Prazo.

A monitoria e a avaliação são conceitos intimamente relacionados mas cujas condições devem ser clarificadas. A monitoria consiste em acompanhar e recolher informação sobre o progresso realizado para alcançar determinadas metas pré-definidas. A monitoria consiste por exemplo em medir regularmente a incidência da pobreza e as características do desenvolvimento humano. A avaliação consiste em medir o impacto do programa de combate à pobreza sobre o nível de pobreza e analisar até que ponto os progressos alcançados ao nível do bem-estar da população são o resultado dessas políticas e programas.

Constituem objectivos da monitoria: (i) acompanhar o progresso dos programas de combate à pobreza (actividades realizadas, metas atingidas); e (ii) acompanhar periodicamente as mudanças, ao nível de bem-estar da população (através dos indicadores quantitativos e qualitativos que servem para medir o desenvolvimento humano e a pobreza).

São objectivos da avaliação (i) medir o grau de mudanças, nos níveis de pobreza (de forma quantitativa, e qualitativa), e (ii) avaliar a eficácia e relevância das intervenções do Governo e dos seus parceiros no processo de combate da pobreza.

A análise da evolução e do desempenho da estratégia de combate à pobreza requerem um volume substancial de informação e capacidade analítica para traduzir essa informação em recomendações e sugestões de políticas. Tais recomendações e sugestões constituem um aspecto central para a redefinição e evolução da estratégia e dos programas. Desta forma, a procura de conhecimento qualitativo e quantitativo sobre a pobreza exige um grande esforço da parte dos organismos que produzem a informação, dada a complexidade do fenómeno da pobreza. Daí a necessidade de estabelecer um sistema contínuo e abrangente de informação a nível nacional e a nível local. Assim, o fortalecimento dos organismos que produzem informação no país é essencial para o acompanhamento dos indicadores socio-económicos necessários à análise da evolução do



fenómeno da pobreza.

Devido à complexidade do fenómeno da pobreza o trabalho de monitoria e avaliação da sua evolução no contexto da implementação da ECP é também ele complexo e multidimensional. De facto, a monitoria e avaliação exigem um trabalho contínuo e rigoroso de consultas, recolha de informação e análise, que envolve um número elevado de intervenientes.

Os beneficiários últimos da monitoria e avaliação são os grupos-alvo da ECP, dado que através destes exercícios se visa precisamente verificar até que ponto a ECP está a ser prosseguida e até que ponto está a produzir os resultados e impactos desejados. Os interesses dos grupos-alvo são defendidos por entidades organizadas da sociedade como a Assembleia Nacional, as organizações da sociedade civil, as organizações do sector privado e os representantes das comunidades. São estes, portanto, os principais interlocutores do processo de monitoria e avaliação. O Governo, aos níveis central, provincial e municipal é responsável pelo acompanhamento da implementação da ECP e, como tal, pela produção dos instrumentos e indicadores necessários para efectuar a monitoria. A Comissão . Técnica da ECP, órgão que presta apoio técnico à Comissão Interministerial é responsável pela coordenação dos trabalhos de monitoria e avaliação. Contudo, os levantamentos estatísticos, estudos e análises feitas no âmbito da monitoria devem ser feitos em colaboração com várias entidades, em particular o INE, as universidades e institutos de pesquisa e ONG, que tem maior experiência e qualificações técnicas para este tipo de iniciativas.

A monitoria de programação e execução da ECP é da directa responsabilidade do MINPLAN e do MINFIN, através da produção dos relatórios anuais de balanço do Programa de Governo e dos relatórios de execução do OGE. Para tal, estes documentos devem assegurar uma ligação directa com as áreas de intervenção prioritárias definidas pela ECP.

Os ministérios sectoriais, em colaboração com as suas representações provinciais e municipais e com a supervisão do MINPLAN são responsáveis pela monitoria de resultados (documentação das actividades realizadas, dos recursos utilizados etc.).

A monitoria, quantitativa de impacto é desenvolvida, essencialmente pelo INE,



embora com a colaboração dos ministérios sectoriais (na produção de indicadores específicos dos, sectores) e do MINPLAN. A monitoria qualitativa de impacto será efectuada através de DRP e de reuniões e seminários de consulta à população. A responsabilidade de coordenação deste processo é do MINPLAN com assistência das universidades e ONG que têm vindo a desenvolver trabalhos neste campo.

A avaliação da ECP será feita por um grupo diversificado com representações das várias entidades, nomeadamente representantes dos grupos-alvo da ECP.



Enquadramento institucional da monitoria e avaliação da ECP

